

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS**

Licenciatura em Contabilidade e Administração

Ramo: Administração e Controlo Financeiro

*Trabalho de Fim de Curso*

**O SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA E DE RELATO  
FINANCEIRO E A TRIBUTAÇÃO SOBRE O RENDIMENTO DAS EMPRESAS**

Karina Cristina da Luz Cota

Aluno n.º 99.189

S. Vicente, Maio de 2010

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS**

Licenciatura em Contabilidade e Administração

Ramo: Administração e Controlo Financeiro

*Trabalho de Fim de Curso*

**O SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA E DE RELATO  
FINANCEIRO E A TRIBUTAÇÃO SOBRE O RENDIMENTO DAS EMPRESAS**

Karina Cristina da Luz Cota

Aluno n.º 99.189

Orientador: Anselmo Monteiro Fonseca

S. Vicente, Maio de 2010

*Aos meus pais e ao meu namorado, pelo apoio e motivação*

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador Anselmo Monteiro Fonseca ter encorajado a preparar o meu trabalho sobre o SNCRF e a Tributação s/ rendimento das empresas, pelo apoio, incentivo e empenho para a conclusão deste trabalho.

De igual modo, queria agradecer às pessoas e instituições que me apoiaram ao longo desta experiência, nomeadamente:

Aos meus colegas e amigos que de uma forma ou outra, colaboraram na elaboração deste trabalho, particularmente os colegas do ISCEE.

Ao ICSEE e ISCAL pela oportunidade de concluir a minha licenciatura em Cabo Verde;

O Sr. Adérito, Dra. Maria Auxiliadora Silva - Repartição das finanças, Dra. Vera Lima - Caixa Económica, pelo apoio manifestado no meu trabalho de fim de curso;

A organização que aceitou participar neste estudo, pela disponibilidade e pelo interesse demonstrado muito em particular o seu Gerente e o seu Administrador.

À minha família, especialmente aos meus irmãos, aos meus pais, pelo seu apoio, motivação e amor incondicional.

A todos, o meu muito obrigado.

*“É comum observar os preconceitos dos outros, mas  
raramente estamos consciente de nossos próprios,  
os quais encaramos como opiniões naturais.”*

*(Annett Garrett)*

## **Resumo**

O presente trabalho tem como propósito evidenciar os efeitos da introdução do SNCRF na elaboração das contas nas empresas cabo-verdianas, num ambiente fiscal desactualizado.

O tema escolhido justifica-se pelas implicações do novo normativo contabilístico nas sociedades comerciais e, sobretudo, da necessidade de se fazer uma contraposição de um sistema contabilístico moderno com um sistema fiscal antigo.

O método utilizado foi estudo de caso. A recolha de dados foi feita através da aplicação de entrevistas estruturadas e não estruturadas, de recursos a fontes secundárias e análise documental. Os resultados do estudo apontam as dificuldades na adaptação do novo sistema contabilístico num ambiente fiscal, que não acompanhou as reformas do sistema contabilístico.

Palavras-chave: Sistema de Normalização Contabilística, Sistema Fiscal

## **Abstract**

The principal objective of this research is to evidence the effects of the introduction of SNCRF in the elaboration of the accounts at the capeverdian enterprises with antiquated fiscal environment.

The chosen theme is justified by the involvement of the new accountancy normative at the commercial societies and, especially, of the requirement to make a contraposition of an accountancy and modern system with an antiquated fiscal system.

The method utilized is the study of a case. The gathering is made by application of structured and no structured interviews, recourse to secondary sources and documental analysis. The results of this study appoint to incertitudes and difficulties of the adaptation of the new accountancy system in a fiscal environment which didn't follow the reforms of the accountancy system.

Key words: Accountancy System, Fiscal System

## Índice

<b>Agradecimentos.....</b>	<b>II</b>
<b>Resumo.....</b>	<b>IV</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>V</b>
<b>Lista de Abreviaturas .....</b>	<b>VIII</b>
<b>Lista de Figuras.....</b>	<b>IX</b>
<b>Lista de Quadros.....</b>	<b>X</b>
<b>Lista de Tabelas.....</b>	<b>X</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>1.A Harmonização Contabilística Internacional .....</b>	<b>5</b>
1.1.    Origem da harmonização .....	5
1.2.    Os organismos envolvidos na harmonização contabilística: IASC, IASB e União Europeia .....	7
1.3.    A Necessidade De Uma Estrutura Conceptual.....	14
1.4.    Vantagens e obstáculos da harmonização contabilística .....	15
<b>2.A normalização contabilística em Cabo Verde.....</b>	<b>16</b>
2.1.    História.....	16
2.2.    O processo de criação do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF) .....	18
2.3.    Os elementos constituintes do Sistema.....	20
2.4.    O pacote das normas de contabilidade do SNCRF: as NRFs. ....	22
2.5.    Objectivo e as bases da preparação das Demonstrações Financeiras.....	23
2.6.    Conceitos de Reconhecimento e Mensuração.....	31
2.7.    Aplicação pela 1ª vez do SNCRF.....	33
<b>3.O Sistema de tributação sobre os rendimentos das empresas em Cabo Verde</b>	
3.1.    Natureza e funções do imposto sobre rendimentos. ....	35
3.2.    A problemática da definição dos rendimentos e gastos fiscalmente aceites... 37	
3.3.    Conversão do lucro contabilístico em lucro fiscal .....	38
3.4.    O apuramento do lucro contabilístico e da matéria colectável no novo ambiente contabilístico de Cabo Verde.....	41
<b>4.Estudo de caso .....</b>	<b>43</b>
4.1.    Caracterização geral da empresa .....	43



4.2.	Organização contabilística da empresa.....	43
4.3.	O processo de transição das contas para o SNCRF: plano de contas, conversão do balancete final, balanço de abertura a 01/01/2009 .....	45
4.4.	As primeiras contas preparadas segundo o SNCRF: aplicação dos novos conceitos de reconhecimento e de mensuração.....	48
4.5.	Contas provisórias a 31.12.2009 com diversas situações polémicas e suas implicações fiscais. ....	49
	<b>Conclusão .....</b>	<b>51</b>
	<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>53</b>
	<b>Anexos .....</b>	<b>55</b>

## **Lista de Abreviaturas**

CE -	Comissão Europeia
CEE	Comunidade Económica Europeia
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
CNNC	Comissão Nacional de Normalização Contabilística
DGCI	Direcção Geral das Contribuições e Impostos
DL	Decreto-Lei
EC	Estrutura Conceptual
EU	União Europeia
IAS	International Accounting Standards
IASB	International Accounting Standards Board
IASC	International Accounting Standards Committee
IFAC	International Federation of Accountants
IOSCO	International Organization of Securities Commissions
ISAR	Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Financial Reporting
IUR	Imposto Único Sobre Rendimentos
NCRF	Norma Contabilística e de Relato Financeiro
NCRF-PE	Normas Contabilística e de Relato Financeiro – Pequenas Empresas
NIC	Norma(s) Internaciona(is) de Contabilidade
NRF	Normas de Relato Financeiro
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONU	Organização das Nações Unidas
PE	Pequenas Empresas
PNC	Plano Nacional de Contabilidade
POC	Plano Oficial de Contabilidade
SIC	Standing Interpretation Committee
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SNCRF	Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro

## **Lista de Figuras**

Figura 1 - Evolução da harmonização contabilística internacional .....	7
Figura 2 - SNCRF de Cabo Verde .....	22

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 –Apuramento do lucro tributário da “Garimar” .....	50
---	----

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 - Apuramento do lucro tributável segundo o Regulamento do IUR.....	40
Tabela 2 –PNC vs SNCRF .....	45
Tabela 3 –Ajustamentos de abertura.....	47

# **Introdução**

## **Contexto**

O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-lei n.º 5/2008, de 4 de Fevereiro, é um instrumento de gestão muito actual, criado devido à aceitação generalizada da necessidade de uma normalização contabilística de carácter global, que permita aos vários utentes, nacionais e estrangeiros, localizados em qualquer parte do mundo, uma tomada atempada de decisões económicas em relação as entidades. O SNCRF, com isso, promove uma abordagem teórica e uma estrutura prática radicalmente novas, para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, assentes em normas e não em prescrições legais, sucedendo ao Plano Nacional de Contabilidade (PNC), vigente em Cabo Verde, desde o ano de 1984.

A tributação sobre os rendimentos é um assunto que tem suscitado ao longo dos tempos um amplo debate entre os profissionais das áreas contabilística e fiscal nos diversos países, incluindo Cabo Verde, detentor de um sistema de tributação sobre os rendimentos das empresas carente de reformas para que o país possa acompanhar o desenvolvimento do sector económico, tendo por base um tecido empresarial moderno e competitivo, a escala mundial.

É objectivo comum das empresas a sobrevivência, em ambiente de incerteza. Para isso, inspiram ao lucro e a criação e a retenção de valores. Com as normas internacionais de contabilidade há o propósito de poder aproximar as contas ao verdadeiro valor da empresa, nem sempre reflectido no balanço tradicional, pela aplicação de critérios e conceitos uniformes e consagrados internacionalmente.

O estudo das implicações do novo normativo contabilístico nas sociedades comerciais e, sobretudo, da necessidade de se fazer uma contraposição de um sistema contabilístico moderno com um sistema fiscal antigo despertou o interesse para o desenvolvimento do

tema “O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro e a Tributação Sobre o Rendimento das Empresas”.

### **Objectivos do trabalho**

Constitui *objectivo principal* do nosso trabalho evidenciar os efeitos da introdução do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro na elaboração das contas nas empresas cabo-verdianas, num ambiente de tributação fiscal desactualizado.

Relativamente a *objectivos específicos* pretende-se, com o presente trabalho de fim de curso, o seguinte:

- a) Conhecer a realidade internacional subjacente à harmonização contabilística de carácter global e as principais ordens de solução encontradas para preparação e apresentação das contas das empresas;
- b) Descrever o processo e os resultados da reforma do sistema contabilístico cabo-verdiano, suas implicações nas organizações e as dificuldades ao longo do processo de implementação do SNCRF;
- c) Evidenciar as incertezas da tributação fiscal esperada sobre os rendimentos de uma empresa, com contas preparadas de acordo com o novo normativo contabilístico de Cabo Verde.

### **Utilidade prática do trabalho**

Como utilidade prática do trabalho, que versa um tema tão importante e actual, pretende-se contribuir para fortalecer, ainda que modestamente, as ideias sobre os aspectos que provocam o insucesso da implementação de um novo Sistema contabilístico com um sistema fiscal desactualizado.

## **Motivação pessoal**

O tema que escolhemos para este trabalho é um assunto que despertou a nossa curiosidade e também por ser um assunto actual, e esperemos ampliar os nossos conhecimentos sobre o mesmo.

A motivação tem a ver com a necessidade de discutir o impacto que terá o SNCRF e com a necessidade de aumentar o número de pesquisas sobre o tema e trazer assuntos em discussão no nosso mundo mais próximo.

Por outro lado, estamos ainda convictos de que, por força das grandes transformações por que passará o nosso país nos próximos tempos, a entrada de Cabo Verde na OMC e a sua passagem para país de rendimento médio, o novo sistema contabilístico e o sistema fiscal passarão a constituir uma vantagem competitiva muito importante. Assim, pretende-se alertar a comunidade académica cabo-verdiana para esta realidade emergente e quiçá fazê-la referência para trabalhos futuros.

## **Metodologia**

O trabalho foi desenvolvido por etapas. O mesmo foi baseado numa investigação intensa e detalhada em manuais, revistas, monografias e sites de Internet, culminando com o desenvolvimento de um caso prático, onde os objectos de estudo são recentes, atribuindo um alto grau de actualidade à investigação. Optamos pela combinação do método de análise documental, com o de entrevistas por nos parecer a metodologia mais adequada ao objectivo do nosso estudo. As entrevistas conjuntamente com a análise das demonstrações financeiras, bibliografia e restantes divulgações foram os métodos escolhidos para recolha de informações.

Com base no enquadramento teórico e atento às limitações associadas aos métodos de recolha, elaboramos um formulário de entrevistas (apresentado em anexo).

Foram realizadas entrevistas aos responsáveis financeiros e administrativos de algumas empresas, centradas nos objectivos e nas motivações subjacentes ao processo de preparação das contas de acordo com o SNCRF.

Para a validação dos resultados neste estudo, foram utilizadas em simultâneo várias fontes de informação, como, por exemplo, a realização de entrevistas e o recurso a documentos (balancetes, relatórios de gestão, entre outros).

### **Estrutura do trabalho**

Pelo exposto, este trabalho é composto por quatro capítulos, sendo nossa intenção que os mesmos se complementam entre si.

No primeiro capítulo, contextualizaremos o processo de harmonização contabilística internacional, debruçaremos sobre a sua origem, a necessidade de uma estrutura conceptual, os organismos envolvidos e as vantagens e obstáculos.

No segundo capítulo, apresentaremos o processo de criação do sistema de normalização contabilística em Cabo Verde, os elementos constituintes e o pacote das normas e a sua aplicação pela primeira vez em Cabo Verde.

Num terceiro capítulo, apresentaremos o sistema de tributação sobre os rendimentos das empresas em Cabo Verde.

Por fim, num quarto capítulo, apresentaremos um estudo de um caso.



## **1. A Harmonização Contabilística Internacional**

A economia mundial sofreu nas últimas décadas um desenvolvimento extraordinário. As trocas comerciais incrementaram, as forças produtivas passaram a deslocar-se com toda a facilidade e os meios de comunicação atingiram uma eficiência e rapidez que há poucos anos eram inimagináveis.

Os agentes económicos acompanharam este progresso, expandiram as suas relações e é cada vez maior o número de empresas a actuar a nível mundial. É a globalização da economia.

Simultaneamente, ocorre um desenvolvimento paralelo no mercado de capitais e nos mercados financeiros com a difusão e diversificação das operações existentes, a criação de novas operações e a transmissão de riscos empresariais.

Com efeito, o desenvolvimento económico assenta na informação que está disponível para aqueles que têm de tomar decisões. E assim, os mercados requerem que a informação financeira fornecida pelas empresas seja preparada e apresentada com a necessária qualidade a partir de princípios de aceitação geral conhecidos de todos os intervenientes. A informação deve ser dada através de um conjunto completo de demonstrações financeiras comparáveis e credíveis, que mostrem tudo o que seja relevante para a tomada de decisões.

Hoje muitas empresas, mesmo sem serem grandes, estão também cotadas em bolsas estrangeiras e solicitam empréstimos a financiadores situados fora do seu país. Na defesa da liberação e transparência do mercado, as entidades reguladoras e supervisoras das bolsas e das entidades financiadoras são bastante rigorosas com a qualidade de informação financeira das empresas emitentes.

### **1.1. Origem da harmonização**

Existem diferenças na elaboração de relatos financeiros de empresas pertencentes a países diferentes, o que gera divergências nos que elaboram, interpretam, auditam e consolidam as informações dos relatórios financeiros. Essas divergências, o aumento das relações internacionais aos níveis económico e comercial conduziram a uma força

fundamental no desenvolvimento do processo de harmonização das normas e das políticas contabilísticas dos diferentes países.

Vários autores consideram que, a crescente interpenetração e o crescimento dos mercados económicos e financeiros conduzem à reconhecida necessidade de procura da minimização das inconsistências nos procedimentos contabilísticos, entre os diversos países, torna-se urgente implementar um corpo de normas, aceite internacionalmente, de forma a assegurar que a informação que serve de base à tomada de decisões económicas por parte de todos os agentes seja transparente, compreensível, fiável, consistente e comparável à escala internacional.

Isto porque as linhas orientadoras seleccionadas, para o tratamento da informação financeira em cada país, podem ter impactos profundos no relato financeiro de uma mesma entidade económica e conduzir a diferenças quanto aos resultados apurados nas demonstrações financeiras por parte da mesma. Actualmente, a informação financeira que é preparada para accionistas e outros interessados baseia-se num conjunto de princípios e procedimentos que variam de país para país.

Em consequência, a ausência de comparabilidade entre os vários relatos financeiros conduz a situações cada vez mais indesejáveis. Isto porque, aumentam consideravelmente os custos ao preparar a informação financeira e uma empresa multinacional terá de preparar tantas demonstrações financeiras quantos os países em que opera. As próprias empresas pretendem ter um sistema uniforme que lhes permita avaliar o desempenho financeiro das suas unidades produtivas espalhadas por diferentes países. Os investidores e outros utentes da informação financeira, quando pretendem analisar determinado sector de actividade à escala internacional, incorrem em despesas extra de análise com as consequências negativas a elas associadas. Por exemplo, podem não se aperceber de investimentos potencialmente lucrativos, uma vez que não compreendem ou não confiam na informação financeira que lhes está associada; ou, ao não se darem conta da natureza das diferenças contabilísticas, podem vir a tomar decisões financeiras pouco correctas. Em virtude de todas estas dificuldades inerentes ao processo de análise económico-financeira, a concorrência entre os mercados de capitais mundiais é prejudicada e as empresas poderão ter de

suportar elevados custos de capital, em resultado das dificuldades criadas em torno da compreensão da sua real situação económica e financeira. Mais ainda, a credibilidade da informação financeira é posta em causa se uma empresa relatar diferentes resultados em diferentes países, para o mesmo conjunto de transacções.

O esquema da Figura 1, indica-nos o percurso histórico da harmonização contabilística internacional, desde a criação do primeiro organismo de normalização – IASC, em 1973, ate a sua adopção em Cabo Verde.

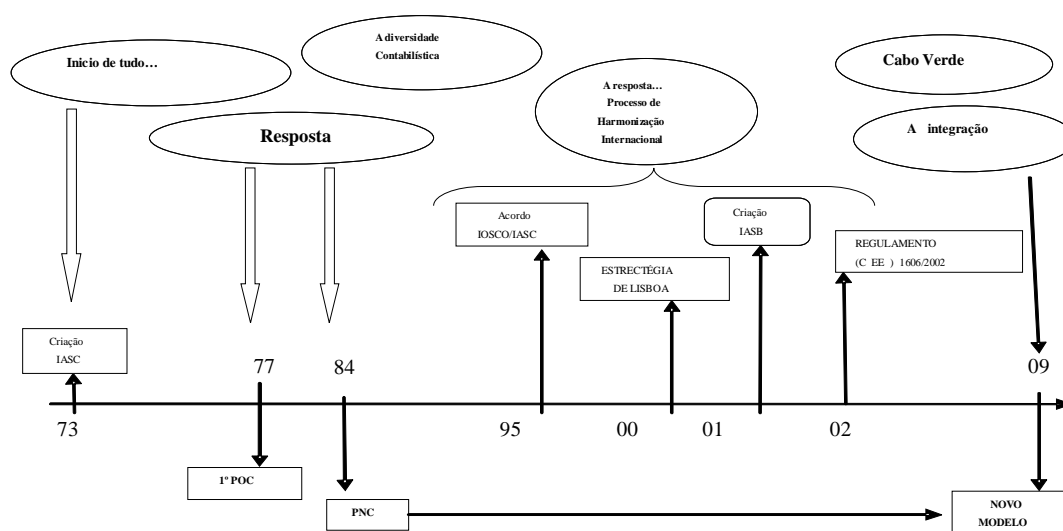


Figura 1 - Evolução da harmonização contabilística internacional

Fonte: (Almeida, 2009, adaptado)

## 1.2. Os organismos envolvidos na harmonização contabilística: IASC, IASB e União Europeia

O desejo de harmonização contabilística não passou despercebido no seio de diversas instituições, profissionais e não profissionais, que se debruçam sobre a harmonização contabilística e relato financeiro á nível internacional. Muitas iniciativas foram desenvolvidas para tentar resolver a questão de harmonização contabilística. Costa e Alves (2008), afirmam que as iniciativas mais importantes foram as do IASC (International Accounting Standard Committee), e as da União Europeia, e que existem outras organizações que contribuam na organização contabilística como são os casos de:

- a) ONU - Organização das Nações Unidas, cujo Conselho Económico e Social criou, em 1972, a Comissão de Empresas Transnacionais. Em 1997, publicou o “International Standards Accounting and Reporting for Transnational Corporations: technical papers”.
- b) OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico fundada em 1961, com o objectivo de potenciar o desenvolvimento económico, tendo em 1975 constituído um Comité de investimento internacional e Empresas multinacionais, e em 1979, o Grupo de Trabalho sobre normas de Contabilidade, tendo na década de oitenta realizado estudo comparativo sobre áreas concretas da informação financeira. Na década de 90 realizou alguns estudos sobre harmonização.
- c) ISAR - Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Financial Reporting, que efectuou publicações periódicas sobre diversos temas como a contabilidade em períodos de inflação, fundos de pensões, subsídios e outras ajudas oficiais, novos instrumentos financeiros e contabilidade ambiental.
- d) CILEA – Comité de Integración Latino Europa-América.

Segundo Almeida (2009) criado em 29 de Junho de 1973, o IASC, é um organismo independente, sem fins lucrativos, uma organização do sector privado que trabalha no interesse público. Os fundadores do IASC foram dezasseis associações profissionais de consultores e auditores de vários países: Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, da então República Federal da Alemanha, França, Espanha, Reino Unido, México, Holanda, Japão, República da Irlanda, para formular um conjunto de normas contabilísticas que poderiam ser geralmente aceito e aplicado em diferentes países, a fim de promover a harmonização dos dados e comparabilidade.

Para Costa e Alves (2008) as tarefas do IASC são conduzidas por um conselho que compreende representantes de até 13 países e com máximo de 4 organizações interessadas no relato financeiro.

E ainda, Costa e Alves (2008) e Almeida (2009) afirmam que segundo a Constituição do IASC Foundation, cuja última versão entrou em vigor 1 de Julho de 2005, seus objectivos são:

- a) Desenvolver, no interesse público, um conjunto único de normas de contabilidade global de alta qualidade, que sejam compreensíveis e objecto de cumprimento, que exijam informação de alta qualidade, transparente e comparável nas demonstrações financeiras e noutro relato financeira e que ajudem os intervenientes nos mercados de capitais mundiais e outros utentes na tomada de decisões económicas;
- b) Promover o uso e a aplicação rigorosa de tais normas;
- c) No cumprimento dos objectivos associado com (a) e (b), levar em consideração, conforme for apropriado, as necessidades especiais das pequenas e médias entidades e as das económicas emergentes;

O IASC tem ampla e completa autonomia no estabelecimento e emissão de normas internacionais de contabilidade. Existe uma relação entre o IASC e a Federação Internacional de contabilística (IFAC - International Federation of Accountants) que é ratificada pelos compromissos mútuos a que estas se obrigam.

Com vista a apoiar os objectivos da IASC os seus membros devem assegurar que as demonstrações financeiras publicadas estejam em conformidade com as normas internacionais de contabilidade em todos os aspectos materialmente relevantes, persuadir o governo e entidades que fixam as normas, autoridades que controlam o mercado de títulos, comunidade industrial e comercial e os revisores oficiais de contas que devem estar de acordo com as normas estabelecidas.

Nestes últimos anos, o IASC debruçou-se essencialmente sobre a International Organisation of Securities Commissions, no reconhecimento das suas normas nas bolsas de valores de todo o mundo. As normas do IASC são normalmente utilizadas como referência, mesmo que a maioria das instâncias nacionais prefira ditar as suas próprias regras para o seu país, ou então adaptá-las caso a caso.

Muitas empresas de diferentes países têm contudo, como referência o IASC, como solução à interligação das suas contas consolidadas.

Nos anos 80, o IASC considerou que a sua missão não consistia só na elaboração de normas contabilísticas para os países desenvolvidos, mas também devia oferecer às Sociedades Profissionais de Contabilistas mais recentes e aos novos organismos de normalização, um conjunto de normas elaboradas à sua medida. Esta nova missão aproximou o IASC do IFAC o que proporcionou o apoio das organizações membros do IFAC. Foi um grande benefício para o IASC, visto que as suas normas passaram a ser adoptadas por novos membros, como o Chipre, a Índia e a Malásia e também serviram como referência ao estabelecimento de uma regulamentação contabilística em certos países, como a Polónia, a Ucrânia, a Rússia e a Hungria.

No fim dos anos 80, o IASC adoptou uma nova política caracterizada por uma maior implicação das instâncias nacionais de normalização, dos utilizadores e das empresas, por um financiamento mais diversificado e sobretudo pelo estabelecimento de normas reconhecidas por todas as bolsas do mundo.

Acredita-se que a adopção nos países das normas da IASC terá com o decorrer dos tempos um impacto significativo. A qualidade das demonstrações financeiras será melhorada e poderá chegar-se a um crescente grau de comparabilidade.

De acordo com esta nova Constituição, a actividade deste Organismo é conduzida por um Conselho (o International Accounting Standards Board – IASB) o qual é supervisionado pela IASC Foundation Fundação IASC). O IASB é composto por catorze membros (dos quais doze a tempo inteiro) que têm a única responsabilidade de criar normas de contabilidade.

As principais qualificações para ser membro são competência profissional e experiência prática. Por outro lado, os membros devem incluir uma combinação apropriada de auditores, preparadores e utentes das Demonstrações Financeiras e académicos.

Os primeiros órgãos do IASB foram nomeados pelos *trustees* da Fundação IASC em Janeiro de 2001 tendo tomado posse em 1 de Abril de 2001.

Na sua reunião, que ocorreu em Londres de 18 a 20 de Abril de 2001, o IASB aprovou uma resolução que adaptou todas as IAS e Interpretações – SIC emitidas sob constituições do IASC assim como emitir novas.

Como consequência desta resolução, todas as IAS e SIC em vigor em 1 de Abril de 2001 continuam em vigor até que sejam alteradas ou retiradas pelo IASB.

Por outro lado, é de referir que, além da SIC, o antigo IASC publicou vários estudos de índole técnica dos quais destacamos diversos “drafts statements of principles” e, sobretudo, o já citado “Framework for the preparation and presentation of financial statements”, aprovado em 1989 e adaptado pelo IASB em 2001.

O facto de a International Organisation of Securities Commissions (IOSCO) ter passado a surgir a adaptação das IAS por parte das empresas cotadas em importantes bolsas mundiais, é sinal evidente da cada vez maior aceitação do trabalho que foi desenvolvido pelo IASB.

## **A União Europeia**

Ao longo dos últimos trinta anos, pode observar-se a existência de duas doutrinas que se foram cimentando. De um lado, constando-se que o Financial Accounting Standards Board (FASB) continua a desenvolver a sua doutrina, pautando-se pelo respeito aos United States Generally Accepted Accounting Principles (US GAAP), do outro lado o International Accounting Standards Board (IASB), organismo internacional emissor de normas contabilísticas.

Costa e Alves (2008), a União Europeia tem vindo a publicar diversas Directivas relacionadas com a actividade empresarial. É que, para entrarem em vigor em cada Estado-Membro, as Directivas da UE têm previamente de ser aprovadas pelos respectivos Parlamentos.

De acordo com o Regulamento 1606/2002 as normas do IASB serão adoptadas na UE desde que satisfazem os requisitos: não sejam contrários aos princípios estabelecidos no n.º 3 do art.º 2 da Directiva 78/660/CEE, 4ª directiva, e no artigo n.º 3 do art.º 16º da Directiva 83/349/CEE, 7ª directiva; correspondam ao interesse público europeu; satisfaçam os critérios de inteligibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade da informação financeira.

A decisão da UE de adoptar a doutrina do IASB foi fundamentada pela necessidade do espaço europeu poder dispor de normas contabilísticas únicas para os grupos de empresas cotadas nas Bolsas europeias.

De entre as directivas relacionadas com o Direito das Sociedades, os autores referidos apontam duas que tratam exclusivamente de matérias contabilísticas a 4ª e a 7ª directiva são as que se relacionam com a contabilidade. Na maior parte dos países, a aplicação da Directiva 78/660/CEE, a 4ª directiva, que foi aprovada em 25 de Julho de 1978 e transposta para ordem jurídica portuguesa pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, não constituiu uma revisão profunda da legislação contabilística. Foi simplesmente adicionar novos elementos à legislação já existente. Um dos pontos essenciais a reter, é que a 4ª directiva faz referência a que a contabilidade das empresas forneça uma imagem fidedigna “ («true and fair view» na versão inglesa e «image fidèle» na versão francesa) dos activos, passivos, posição financeira e resultados da empresa”.

A 4ª Directiva tem como objectivo básico atingir algum grau de harmonização na preparação, apresentação, auditoria e publicação das contas anuais das sociedades de responsabilidade limitada, excluindo bancos e companhias de seguros.

Os Estados-Membros devem especificar as circunstâncias em que tal pode ser feito e instituírem regras especiais que cubram aqueles casos. No entanto, qualquer abandono das disposições da Directiva deve ser explicado e qualificado nas notas sobre as contas. A outra directiva, relacionada com matérias contabilísticas é a Directiva 83/349/CEE, geralmente conhecida por a 7ª Directiva, segundo Costas e Alves (2009) foi aprovada em 13 de Junho de 1983 e transportada para a ordem jurídica portuguesa pelo Decreto-



Lei n.º 238/91, de 2 de Julho. Também apontam que esta Directiva, trata da problemática das contas consolidadas.

Refira-se ainda que a 4.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Directivas, aquando das respectivas aprovações tiveram um impacto no desenvolvimento da contabilidade em muitos dos Estados-Membros da então CEE, têm sido ultimamente objecto de alterações técnicas.

Assim, a Directiva 2001/65/CE, aprovada em 27 de Setembro de 2001, pelo Parlamento Europeu e do Conselho, introduziu o justo valor como regra de valorimetria a aplicar aos instrumentos financeiros, incluindo aos derivados. Esta directiva foi introduzida no normativo jurídico português através do Decreto-Lei nº 88/2004, de 20 de Abril de 2003.

Por seu lado, a Directiva 2003/51/CE, aprovada em 18 de Junho de 2003, tem como principal objectivo ultrapassar as divergências entre as chamadas quatro directivas comunitárias que tratam de matérias contabilísticas (contas individuais, consolidadas, de bancos e de seguradoras) e as normas internacionais de contabilidade.

Finalmente salienta-se ainda a aprovação, em 19 de Julho de 2002, do Regulamento (CE) 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, o qual exige que a partir de 2005, inclusive, todas as sociedades cotadas elaborem as suas contas consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Posteriormente foi aprovado e publicado o Regulamento nº. 1725/2003, da Comissão, 21 de Setembro, segundo o qual (e posteriores alterações) passaram a ser adoptadas na União Europeia as IAS/IFRS. Como se sabe, os Regulamentos entram automaticamente em vigor em cada Estado-Membro não necessitando de ser transportados através de acto legislativo específico, ao contrário do que acontece com as directivas.

A Directiva 2003/51/CE foi transposta para o ordenamento jurídico português através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, o qual define, na sequência do Regulamento nº 1606/2002, o âmbito de aplicação das IAS.

Foi com base nas exigências e permissões constantes nestes Regularizações que a CNC aprovou, em 15 de Janeiro de 2003, o “ Projecto de Linhas de Orientações para um Novo Modelo de Normalização Contabilística”, o qual serviu de base de trabalho para a elaboração do Sistema de Normalização Contabilística. Devido à lentidão dos processos, as directivas poderão estar ultrapassadas quando se dá a sua aplicação num determinado país. Elas não podem dar uma resposta rápida às alterações na envolvente económica, ainda que a rapidez da reacção é geralmente considerada como uma das qualidades essenciais do processo de normalização.

A questão da eficácia da harmonização europeia em matéria contabilística é certamente uma das que mais debates tem suscitado. A harmonização da prestação de contas tem sido uma tarefa difícil. No entanto, os resultados obtidos nesse domínio são reais e úteis. É igualmente evidente que as regras contabilísticas a nível nacional continuam a assentar em bases diversas e que estão cada vez mais interligadas aos aspectos económicos e sociais de um país. Tal diversificação é mais evidente relativamente aos princípios contabilísticos do que propriamente às regras de avaliação ou às exigências na publicação.

### **1.3. A Necessidade De Uma Estrutura Conceptual**

Segundo Almeida (2009) a origem da estrutura conceptual está no ambiente, mais concretamente nas necessidades dos utilizadores da informação financeira conferindo assim uma essência de utilidade.

Para Borges e Rodrigues (2006) a estrutura conceptual pode ser entendida como interpretação da teoria geral da contabilidade, mediante a qual se estabelecem os fundamentos conceptuais em que se apoia a preparação e divulgação da informação financeira.

#### **1.4. Vantagens e obstáculos da harmonização contabilística**

Num actual cenário denominado por “Globalização”, a harmonização contabilística surge como instrumento indispensável devido a sua suposta eficácia no aumento da comparabilidade da informação financeira.

##### **Vantagens da harmonização contabilística**

Almeida (2009) considera três vantagens da harmonização contabilística á nível internacional:

- a) **O aumento do grau de transparência da informação** - ele afirma que muitos países não têm um conjunto adequado de normas contabilísticas, e ao adoptar essas normas aceites internacionais para além de eliminar os custos no processo, também permitiria que esses países fizessem parte de uma contabilidade dominante, apesar dessa concepção, promulgação e imposição de normas contabilísticas envolve custos consideráveis que não seria vantajoso se cada país comesse o seu próprio processo;
- b) **A facilidade de transacções internacionais** - com as alterações económicas que ocorreram durante as últimas décadas no sentido de globalização é argumento muito forte para a aceitação das normas contabilísticas internacionais o que irá facilitar as transacções internacionais, a fixação de preços e as decisões de afectação dos recursos económicos, podendo tornar os mercados mais eficientes;
- c) **A facilidade de circulação de capitais** - a necessidade das empresas aumentarem o seu capital na emissão pública das suas acções / obrigações, tem aumentado a necessidade de uma harmonização contabilística internacional.

Desta forma, com a globalização da economia e dos mercados financeiros, verifica-se uma exigência cada vez maior de harmonização contabilística. Esta tem como grande objectivo o incremento da comparabilidade, relevância e fiabilidade da informação, em conexão com a transparência dos mercados, estímulos nos investimentos e redução de

custos na obtenção de financiamento em mercados internacionais. É seu objecto ainda a procura de mercado único, eficiente e integrado.

### **Obstáculos da harmonização contabilística**

Ainda Almeida (2009), considera obstáculos de harmonização contabilística:

- a) O impacto das práticas contabilísticas, na medida em que a harmonização contabilística tende a diminuir a importância dos interesses de grupos específicos dos países;
- b) A resistência dos países em abdicar do seu normativo nacional a favor de uma regulamentação internacional definida exteriormente;
- c) A ausência de organismos profissionais fortes em diversos países, que influenciam o processo de desenvolvimento da contabilidade internacional.

Outros autores apontam, como obstáculos:

A dimensão das diferentes práticas contabilísticas de diferentes países, a falta de entidades nacionais, profissionais e reguladores no domínio da contabilidade de diversos países, o nacionalismo exacerbado, constituam obstáculos na harmonização contabilística, tornando-se difícil e pouco objectiva a função do ISAC, a recusa ou não cumprimento de determinadas normas contabilísticas e a não-aceitação de valores de outros países estão relacionado com a não aceitação de outros valores estrangeiros.

## **2.A normalização contabilística em Cabo Verde.**

### **2.1. História**

No ano de 1984, foi aprovado o Plano Nacional de Contabilidade, publicado a 30 de Janeiro no Decreto-lei n.º4/84, tendo como objectivo adaptar aos condicionalismos nacionais, normas de contabilidade internacionalmente aceites nessa altura, o que facilitou o desempenho dos agentes económicos no exercício das suas actividades e, um

melhor controlo e gestão do seu património. Por outro lado permitiu que a administração fiscal melhorasse a fiscalização e controlo dos rendimentos dos contribuintes, através de um lucro mais aproximado do real. Nesse mesmo ano foi aprovado a Portaria n.º 3/84 que regula o regime das taxas de reintegrações e amortizações, que até hoje está em vigor. Já em 1988 foi publicada a Portaria n.º 62/88, das provisões aceites como custos para efeitos fiscais, também ainda em vigor. Em 1992, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 37/92, de 16 de Abril, que introduziu o Regime dos Técnicos de Contas.

A Lei de base do Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR) foi aprovada pela Lei nº 127/VI/95 de 26 de Junho e o regulamento pelo Decreto-lei nº 1/96 de 15 de Janeiro. Esta Lei foi considerada por muitos um avanço louvável para o país na tributação dos rendimentos na determinação do lucro real das empresas.

Em 2008, foi aprovado o Decreto-lei n.º 5/2008, de 5 de Fevereiro, veio modernizar e introduzir um novo SNCRF para Cabo Verde revogando assim o Plano Nacional de Contabilidade (PNC). Hoje verifica-se que o PNC apresenta uma concepção de estrutura que não acompanhou os vários trabalhos com vista a alcançar uma harmonização contabilística mundial, objectivo máximo da International Federation of Accountants (IFAC), revelando-se de extrema necessidade de adopção de um novo sistema de normalização contabilística e de relato financeiro, moderno, standardizado e de acordo com as normas internacionais.

### **Comissão Nacional de Normalização Contabilística (CNNC)**

Criada pelo Decreto-lei 43/2008, de 01 de Dezembro, a Comissão Nacional de Normalização Contabilística, segundo o Ministério das Finanças, é uma entidade chave e indispensável no contexto de implementação tanto do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF) para a Administração Financeira Privada como do novo Sistema de Contabilidade Pública (SCP), que inclui o Plano Nacional de Contabilidade Publica para a Administração Financeira Pública.

A CNNC tem por missão acompanhar os desenvolvimentos havidos nas directivas internacionais quanto a qualidade da informação financeira, sendo o objectivo principal emitir normas e estabelecer procedimentos contabilísticos, harmonizados com as normas internacionais da mesma natureza.

Segundo o Ministério das Finanças, as alterações introduzidas neste diploma tem em atenção tornar a informação contabilística do país mais internacional, melhorar a qualidade das demonstrações financeiras e do relato financeiro das empresas, acompanhar a evolução do sistema fiscal, modernização do tecido económico e do mercado de capital, dar credibilidade ao funcionamento da economia real em Cabo Verde.

A CNNC é composta por 26 membros, sendo 15 efectivos e os restantes suplentes. É uma entidade independente mas que se administra e funciona no âmbito do Ministério das Finanças e integra representante de várias Instituições como: -Inspecção-Geral da Finanças; Direcção Geral das Contribuições e Impostos, Instituto Nacional de Estatística, Conselho Superior da Câmara de Comercio, a Ordem dos Contabilísticos e Auditores, Banco de Cabo Verde, Tribunal de Contas, Instituto de Ensino Superior em Contabilidade, Ordem dos Economistas, Associação Nacional dos Municípios e a Bolsa de Valores de Cabo Verde.

## **2.2. O processo de criação do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF)**

A dinâmica de desenvolvimento de Cabo Verde vem sendo uma constante, com impactos significativos na economia, como atestam a graduação a país de rendimento médio, a parceria especial com a União Europeia e a entrada para a OMC.

Atento a evolução que vem acontecendo no mundo ao nível da contabilidade e do relato financeiro, o Ministério das Finanças decidiu proceder a reestruturação do normativo contabilístico em Cabo Verde.

Esta decisão ganhou forma com o Despacho 09/2007, de 16 de Agosto com a criação da Comissão de Modernização Contabilística, com a missão de estruturar e apresentar

um novo modelo de contabilidade e de relato financeiro cuja proposta deu origem ao SNCRF – Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

Neste sentido, o Decreto-lei n.º 5/2008, de 5 de Fevereiro, veio modernizar e introduzir um novo SNCRF para Cabo Verde revogando assim o Plano Nacional de Contabilidade (PNC) instituído pelo Decreto-lei nº.4/84, de 30 de Janeiro, entrando em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2009 procedendo-se a uma aproximação aos padrões internacionais em matéria de normalização contabilística, nomeadamente com as normas internacionais de contabilidade do *International Accounting Standards Board* (IASB).

Este diploma vem, assim, adaptar às características nacionais e às especificidades do tecido empresarial nacional as referidas normas, modernizando-se a terminologia utilizada, tornando-as internacionalmente comparáveis. São reduzidos os custos de contexto e aumentada a competitividade das empresas cabo-verdianas na capacidade de reporte das suas demonstrações financeiras, em ambiente de concorrência, por fontes de financiamento internacionais.

O SNCRF cria três níveis de estrutura normativa contabilística, intermutáveis e integrados:

- 1) Aplicação das normas internacionais de contabilidade;
- 2) Aplicação das normas de contabilidade e relato financeiro – normas nacionais que visam adaptar a aplicação das normas internacionais de contabilidade no tecido empresarial Cabo-verdiano;
- 3) Regime simplificado da aplicação das normas de contabilidade e relato financeiro para pequenas entidades.

Passa, assim, a ser criada uma estrutura que assegura a coerência horizontal entre os três conjuntos normativos, viabilizando uma fácil comunicabilidade vertical da estrutura contabilística das entidades, sempre que as alterações de dimensão impliquem uma evolução para relatos financeiros mais exigentes.

### **Instrumentos jurídicos e contabilísticos**

O SNCRF foi aprovado por DL, como referimos. Este DL está apresentado no quadro em anexo I.

Ao analisar o quadro podemos constatar que o novo sistema contabilístico de Cabo Verde aproxima-se muito do sistema de normalização de Portugal, apresentando algumas diferenças, nomeadamente a não obrigatoriedade de elaboração de contas de acordo com as referências do IASB e da União Europeia.

### **2.3. Os elementos constituintes do Sistema.**

O SNCRF é constituído pelos seguintes elementos:

- **A Estrutura conceptual**, que segue de muito perto a Estrutura conceptual (EC) para preparação e apresentação de demonstração financeira do IASB, assumida e publicada pela EU, apresentando, igualmente, o justo valor como método de mensuração. Trata-se de um conjunto de conceitos contabilísticos estruturados que não constituindo uma norma propriamente dita, se assume como referencial que subjaz a todo o Sistema;
  - **As bases para a apresentação das Demonstrações financeiras**, nas quais se enunciam as regras sobre o que constitui e a que princípios essenciais devem obedecer um conjunto completo de demonstrações financeiras;
  - **Os modelos de demonstrações financeiras**, nos quais se consagram a necessidade de existências de formatos padronizados, mas flexíveis, para as demonstrações de balanço, de resultados (por funções e por natureza), de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa, assim como um modelo orientador para o anexo;
  - **O código das contas**, traduzindo numa estrutura codificada e uniforme de contas, que visa acautelar as necessidades dos distintos utentes, privados e públicos, e alimentar o desenvolvimento de plataformas e bases de dados particulares e oficiais.
- Refere-se o SNCRF que *“na preparação do código das contas teve-se em atenção o seguinte:*



*- Dotá-lo de adequada flexibilidade - Foram deixadas contas em aberto, evidenciadas por reticências, que poderão ser utilizadas livremente pelas entidades de acordo com as suas necessidades, desde que respeitando o conteúdo da conta principal. Com carácter de excepção poderão ainda ser utilizadas ou acrescentadas contas para situações específicas, para as quais o quadro se contas manifestamente não contemple...;*

*As diferenças para o custo histórico (depreciações, amortizações, imparidades e revalorizações) deverão ser registadas em contas apropriadas (com o detalhe ou desdobramento em sub contas necessário) que permite o seu cotejo com as quantias por que os activos a que respeitam foram inicialmente reconhecidos;*

*Os ajustamentos em inventários serão directamente registados nas próprias contas (método directo).”*

Apresentamos o quadro das contas em Anexo II.

O Código das Contas segue de muito perto o SNC de Portugal, e em algumas contas apresenta notas de enquadramentos.

- **As Normas de Relato Financeiro (NRF)**, núcleo central do SNC, adequadas a partir das normas internacionais de contabilidade adoptadas pela EU, cada uma delas constituindo um instrumento de normalização onde, de modo desenvolvido, se prescrevem os vários tratamentos técnicos a adoptar em matéria de reconhecimento, de mensuração, de apresentação, de divulgação economias e financeiras das entidades;

- **A norma de relato financeiro para pequenas empresas (NRF-PE)**, que, de forma unitária e simplificada, contempla os tratamentos de reconhecimento, de mensuração, de apresentação e de divulgação que, do conjuntos das NCRF, são considerados como os pertinentes e mínimos a ser adoptadas por pequenas entidades (PE) que não tem valores mobiliários admitidos a regularizações, têm uma dimensão, uma estrutura de capitais ou uma presença em determinadas actividades que as colocam em pleno ambiente globalizado de negócios, parceiros e fontes de financiamento, referido pelo DL (artigo 5º) que aprovou o SNCRF.

Segundo Almeida (2009), as Normas de Contabilidade e de Relato (NCR) seguem de muito perto as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) preconizadas no SNC. As temáticas contabilísticas previstas no SNCRF como pertinentes para a dimensão empresarial de Cabo Verde (Ver quadro em anexo III).

A Figura 2 apresenta-nos uma estrutura gráfica simplificada do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato financeiro de Cabo Verde.

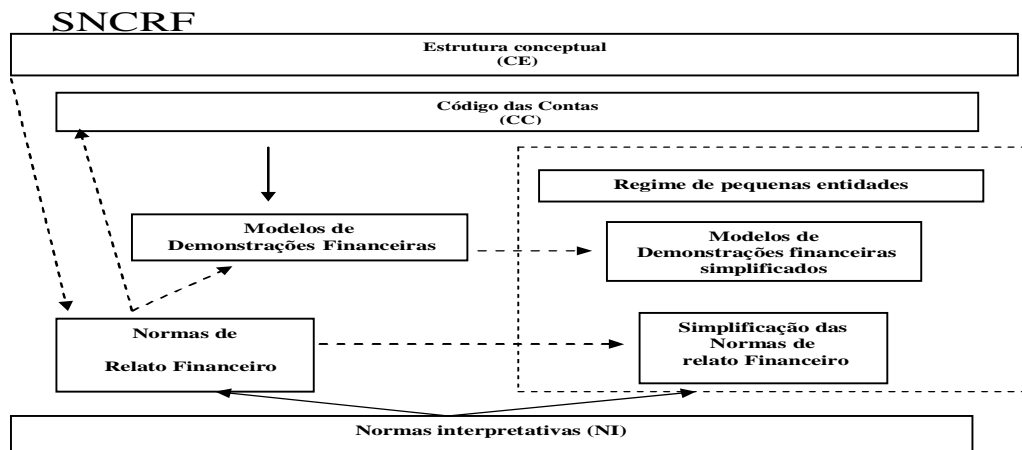


Figura 2 - SNCRF de Cabo Verde

Fonte: Almeida, Rui M. P. (2009)/ISCEE

#### 2.4. O pacote das normas de contabilidade do SNCRF: as NRFs.

As normas de relato financeiro adoptadas em Cabo Verde, forma um conjunto de 25, podendo ser divididas entre normas relacionadas com a preparação das demonstrações financeiras (processo contabilístico) e normas relacionadas com a apresentação das demonstrações financeiras (relato financeiro).

##### **Normas relacionadas com a apresentação das demonstrações financeiras.**

As normas de relato financeiro 1 e 2 estão relacionadas com a apresentação das demonstrações financeiras.

A NRF 1 Apresentação das demonstrações financeiras - proporciona informações acerca da posição financeira (balanço) e do desempenho (demonstrações de resultados) financeiro e as variações no capital próprio da entidade, estabelece a estrutura destas demonstrações que estas devem apresentar. Estas demonstrações são produzidas no pressuposto regime do acréscimo.

A NFR 2 Demonstrações de Fluxos de Caixa – prescreve as bases quanto a estrutura das demonstrações financeiras de fluxos de caixa (preparada numa base de caixa, contrapondo do regime do acréscimo) em que exige informações acerca das alterações históricas dos fluxos caixa e seus equivalentes. De facto esta demonstração permite ao utente desta informação compreender a origem dos fluxos de caixa (onde foram gerados) e a sua aplicação num determinado período.

As normas de relato 3 e 4 no mínimo podem ser considerados híbridos, uma vez que estabelecem requisitos que relacionam com a estrutura das DFs e também com as questões de reconhecimento e de mensuração.

### **Normas relacionadas com a preparação das demonstrações financeiras**

As restantes normas do sistema de contabilísticas, forma o pacote de normas relacionadas com a preparação das DFs, pelas quais indicam os principais critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação.

As questões de mensuração, reconhecimento previstas na estrutura conceptual do SNCRF, estão devidamente desenvolvidas no ponto 2.5 deste trabalho.

Nota-se que estas normas indicam os investimentos em outras sociedades, quando relevantes, o aumento de valor de elementos do activo resultante de novas avaliações, taxas de juro e as datas de vencimento, garantias das obrigações a longo prazo;

Indicam as garantias a terceiros e outras responsabilidades contingentes, o número de classes de acções de capital social, ajustamentos de exercícios anteriores, eventos.

### **2.5. Objectivo e as bases da preparação das Demonstrações Financeiras**

Segundo a NRF 1 as demonstrações financeiras têm por objectivo proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma entidade que seja útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões.

As demonstrações financeiras também mostram os resultados da condução por parte do órgão de gestão dos recursos a ele confiados.

Para satisfazer este objectivo, as demonstrações financeiras proporcionam informação de uma entidade acerca do seguinte:

- (a) activos;
- (b) passivos;
- (c) capital próprio;
- (d) rendimentos (réditos e ganhos);
- (e) gastos (gastos e perdas);
- (f) outras alterações no capital próprio; e
- (g) fluxos de caixa.

Esta informação, juntamente com outra incluída nas notas do Anexo, ajuda os utentes das demonstrações financeiras a prever os futuros fluxos de caixa da entidade e, em particular, a sua tempestividade e certeza.

De acordo com a NRF 1 – “Apresentação e Demonstração Financeiras” *“um conjunto completo de demonstrações financeiras inclui:*

- (a) um balanço;*
- (b) uma demonstração dos resultados;*
- (c) uma demonstração das alterações no capital próprio;*
- (d) uma demonstração dos fluxos de caixa; e*
- (e) um anexo.”*

As demonstrações financeiras devem apresentar apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade, em que exige a representação fidedigna dos efeitos das transacções, outros acontecimentos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento para activos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Conceptual. Presume-se que a aplicação das NRF, com divulgação adicional quando necessária, resulta em demonstrações financeiras que alcançam uma apresentação apropriada.

De acordo com a NRF 1 *“Uma apresentação apropriada também exige que uma entidade:*

- (a) Seleccione e adopte políticas contabilísticas de acordo com a NRF aplicável;*
- (b) Apresente informação, incluindo políticas contabilísticas, de uma forma que proporcione informação relevante, fiável, comparável e compreensível*
- (c) Proporcione divulgações adicionais quando o cumprimento dos requisitos específicos contidos nas NRF possa ser insuficiente para permitir a sua compreensão pelos utentes.”*

## **Bases para a apresentação de demonstrações financeiras**

### **Continuidade (§§ 9 a 10)**

Segundo o SNCRF, uma entidade é normalmente considerada em continuidade, isto é, como continuando a operar no futuro previsível. Pressupõe-se que a entidade não tem nem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação ou de reduzir, de forma materialmente relevante, o volume das suas operações.

*As demonstrações financeiras devem ser preparadas no pressuposto da entidade em continuidade, a menos que o órgão de gestão ou pretenda liquidar a entidade ou cessar de negociar, ou não tenha alternativa realista a não ser fazer isso.*

### **Regime de acréscimo (§§ 11 e 12)**

Os rendimentos e os gastos são acrescidos, isto é, reconhecidos quando obtidos ou incorridos e são apresentados nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

De acordo com a NRF 1 *“ Uma entidade deve preparar as suas demonstrações financeiras, excepto para informação de fluxos de caixa, utilizando o regime contabilístico de acréscimo.*

*Ao ser usado o regime contabilístico de acréscimo, os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos (os elementos das demonstrações financeiras) quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na Estrutura Conceptual.”*

### **Consistência de apresentação (§§ 13 e 14)**

Pressupõe-se que as políticas contabilísticas são consistentes de um período para outro. Se fizer alterações na apresentação, e tiver efeitos materialmente relevantes, esta deve reclassificar a sua informação comparativa de acordo com o referido em “ Informação Comparativa §§ 22 a 27”

### **Materialidade e agregação (§§ 15 a 17)**

As demonstrações financeiras devem divulgar todos os elementos que sejam relevantes para efectuar avaliações ou decisões.

*“Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materiais se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões dos utentes tomadas com base nas demonstrações financeiras.*

*As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.”*

### **Compensação (§§ 18 a 21)**

Os elementos das rubricas do activo e do passivo, devem ser separadamente valorizados.

*“Os activos e passivos, e os rendimentos e gastos, não devem ser compensados excepto quando tal for exigido ou permitido por uma NRF.”*

## **Informação comparativa (§§ 22 a 27)**

A informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras, a menos que uma NRF o permita ou exija de outra forma.

*“Aperfeiçoar a comparabilidade de informação inter-períodos ajuda os utentes a tomar decisões, sobretudo porque lhes permite avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.”*

## **Principais Demonstrações Financeiras**

### **Considerações prévias**

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº.4/84 (PNC/84), era usual as entidades elaborarem apenas o Balanço, a Demonstração de resultados por natureza e o Anexo ao balanço e as demonstrações dos resultados.

Actualmente com a entrada do Decreto-Lei 5/2008 aprova que o SNCRF, o Ministério das Finanças junto com a Comissão Nacional de Normalização Contabilística (CNNC) exige determinadas divulgações na face do balanço, na demonstração dos resultados e na demonstração das alterações no capital próprio e no anexo. As NRF aplicam-se apenas às demonstrações financeiras enunciadas e estruturadas nesta norma, pelo que se deve reservar a expressão “demonstrações financeiras” apenas a estes documentos, e não a outra qualquer informação seja ela apresentada conjuntamente com as demonstrações financeiras ou num outro documento. Cada componente das demonstrações financeiras deve ser identificado claramente.

### **Balanço (§§ 32 a 52)**

O balanço é a demonstração que apresenta a posição financeira de uma empresa no final do seu exercício económico e que divulga, devidamente agrupados e classificados os activos correntes e não correntes, passivos correntes e não correntes e o capital próprio,

as quantias que se espera sejam recuperadas ou liquidadas num prazo superior a doze meses para cada linha de item de activo e de passivo que combine quantias que se espera sejam recuperadas ou liquidadas.

*De acordo com a NRF “a informação acerca das datas previstas para a realização de activos e de passivos é útil na avaliação da liquidez e solvência de uma entidade. Para alguns instrumentos financeiros é exigida a divulgação das datas de maturidade de activos financeiros e de passivos financeiros”.*

A informação a ser apresentada na face do balanço, de acordo com NRF 1 - (§§ 47 e 48) “A informação mínima a apresentar na face do balanço consta do respectivo modelo anexo a esta norma.

*Linhas de itens adicionais, títulos e sub totais podem ser apresentados na face do balanço quando tal apresentação for relevante para uma melhor compreensão da posição financeira da entidade”.*

Do anexo IV constam os formatos de balanço aprovados no âmbito do SNCRF, de carácter geral e de pequenas empresas.

### **Demonstração dos resultados (§§ 53 a 60)**

De acordo com a NRF 1 “ Todos os itens de rendimentos e de gastos reconhecidos num período devem ser incluídos nos resultados a menos que uma norma o exija de outro modo. A informação mínima a apresentar na face da demonstração dos resultados consta do respectivo modelo anexo a esta norma.

Uma entidade não deve apresentar itens de rendimento e de gasto como itens extraordinários, quer na face da demonstração dos resultados quer no anexo.

As circunstâncias que dão origem à divulgação separada de itens de rendimentos e de gastos incluem:



- (a) Reestruturações das actividades de uma entidade e reversões de quaisquer provisões para os custos de reestruturação;
- (b) alienações de itens de activos fixos tangíveis;
- (c) alienações de investimentos;
- (d) unidades operacionais descontinuadas;
- (e) resolução de litígios; e
- (f) outras reversões de provisões.

Do anexo V constam os formatos de demonstrações dos resultados aprovados no âmbito do SNCRF, de carácter geral e de pequenas empresas.

### **Demonstração das alterações no capital próprio (§§ 61 a 63)**

De acordo com a NRF 1, as alterações no capital próprio de uma entidade entre duas datas de balanço reflectem o aumento ou a redução nos seus activos líquidos durante o período. Com a excepção das alterações resultantes de transacções com detentores de capital próprio agindo na sua capacidade de detentores de capital próprio (tais como contribuições de capital, reacquisições de instrumentos de capital próprio da entidade e dividendos) e dos gastos de transacção directamente relacionados com tais transacções, a alteração global no capital próprio durante um período representa a quantia total de rendimentos e gastos, incluindo ganhos e perdas, gerada pelas actividades da entidade durante esse período (quer esses itens de rendimentos e de gastos sejam reconhecidos nos resultados ou directamente como alterações no capital próprio).

A divulgação na demonstração das alterações no capital próprio do ajustamento total para cada componente do capital próprio resultante, é feita separadamente das alterações nas políticas contabilísticas e de correcções de erros. Estes ajustamentos são divulgados para cada período anterior e no início do período.

Do anexo VI constam os formatos de demonstrações de alterações de capital próprio aprovados no âmbito do SNCRF, de carácter geral e de pequenas empresas.

## **Anexo (§§ 64 a 69)**

O anexo deve:

- (a) Apresentar informação acerca das bases de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas usadas;
- (b) Divulgar a informação exigida pelas NRF que não seja apresentada na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio ou na demonstração dos fluxos de caixa; e
- (c) Proporcionar informação adicional que não seja apresentada na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio ou na demonstração dos fluxos de caixa, mas que seja relevante para uma melhor compreensão de qualquer uma delas.

As notas do anexo devem ser apresentadas de uma forma sistemática.

As notas do anexo devem ser apresentadas com identificação da entidade, referencial contabilístico, resumo das principais políticas contabilísticas adoptadas, informação de suporte de itens apresentados na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio e na demonstração dos fluxos de caixa.

Uma entidade deve divulgar um resumo das principais políticas contabilísticas, designadamente, bases de mensuração usadas, outras políticas contabilísticas usadas que sejam relevantes para uma compreensão das demonstrações financeiras.

Uma entidade deve divulgar, no anexo, informação acerca dos principais pressupostos relativos ao futuro, e outras principais fontes da incerteza das estimativas à data do balanço, que tenham um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

Ainda de acordo com a NRF 1, as entidades inseridas no regime especial para pequenas entidades (REPE) não se aplicam as alíneas c) e d) do nº 5 devendo no entanto no Anexo proporcionar informação que seja relevante para uma melhor compreensão nas

alterações no capital próprio e nos fluxos de caixa 2, podem optar pelos modelos reduzidos do Balanço e da demonstração de resultados por naturezas (alíneas a) e b) do nº 5), que constam do anexo 2.

## **Anexo 2 - modelos de demonstrações financeiras**

Em anexo, fazendo parte integrante desta norma, apresentam-se os modelos de demonstrações financeiras, a que a norma se refere, sendo que os dois últimos: Modelo de balanço - PE; e Modelo de demonstração de resultados por natureza - PE destinam-se exclusivamente às entidades inseridas no REPE, e que não optem pelos modelos completos.

### **2.6. Conceitos de Reconhecimento e Mensuração**

#### **Reconhecimento**

Segundo o SNCRF, do Despacho Normativo nº.1/2008, §§80 a 82, o conceito reconhecimento dos elementos das demonstrações financeira é o processo de incorporação no balanço e demonstrações dos resultados um item que satisfaça a definição de um elemento e satisfaça os critérios de reconhecimento estabelecidos no § 81 deste despacho normativo. Aponta que um item que satisfaça a definição de uma classe deve ser reconhecido se for provável que qualquer benefício económico futuro associado com item flua para ou da entidade; e se o item tiver um gasto ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade. Ainda aponta que ao avaliar se um item satisfaz esses critérios (...) é necessário ter em atenção a condição de materialidade.

#### **Mensuração**

É o processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras devam ser reconhecidos e relatados no balanço e na demonstração dos resultados. Isto envolve a selecção da base particular de mensuração. São utilizadas diferentes bases de mensuração em graus diferentes e em variadas combinações nas demonstrações financeiras, incluem as seguintes:

(a) **Custo histórico.** Os activos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga ou pelo justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição. Os passivos são registados pela quantia dos proventos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios.

(b) **Custo corrente.** Os activos são registados pela quantia de caixa ou de equivalentes de caixa que teria de ser paga se o mesmo ou um activo equivalente fosse correntemente adquirido. Os passivos são registados pela quantia não descontada de caixa, ou de equivalentes de caixa, que seria necessária para liquidar correntemente a obrigação.

(c) **Valor realizável** (de liquidação). Os activos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa, que possa ser correntemente obtida ao vender o activo numa alienação ordenada. Os passivos são escriturados pelos seus valores de liquidação; isto é, as quantias não descontadas de caixa ou equivalentes de caixa que se espera que sejam pagais para satisfazer os passivos no decurso normal dos negócios.

(d) **Valor presente.** Os activos são escriturados pelo valor presente descontado dos futuros influxos líquidos de caixa que se espera que o item gere no decurso normal dos negócios. Os passivos são escriturados pelo valor presente descontado dos futuros exfluxos líquidos de caixa que se espera que sejam necessários para liquidar os passivos no decurso normal dos negócios.

(d) **Justo valor.** Quantia pela qual um activo pode ser trocada ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transacção em que não exista relacionamento entre elas.

## **2.7. Aplicação pela 1ª vez do SNCRF.**

Segundo o anexo II do artigo 1º do D.L.nº.5/2008 de 4 de Fevereiro, as entidades que estejam a preparar as demonstrações financeiras de um exercício em que utilizam pela primeira vez as SNCRF a iniciar em ou após 1 de Janeiro de 2009, devem preparar balaço de abertura de acordo com o SNC na data de transição para o SNCRF, que é o ponto de partida da sua contabilização e servirá para comparativo nas primeiras demonstrações financeiras de acordo com o SNCRF.

As que tenham preparado as demonstrações financeiras no exercício anterior devem assegurar que essas demonstrações contenham informação que:

- a) Seja transparente para os utentes e comparável em todos os períodos apresentados;
- b) Proporcione um ponto de partida conveniente para a contabilização e posterior relato financeiro segundo o SNCRF;
- c) Possa ser gerada a um custo que não exceda os benefícios para os utentes.

Nos termos do nº.2 do mesmo artigo, uma entidade deve usar as mesmas políticas contabilísticas de acordo com SNCRF, no seu balanço de abertura e nas suas primeiras demonstrações financeiras.

Nos termos do nº.4 do mesmo artigo, de acordo com o SNCRF podem diferir daquelas que usou para a mesma data usando o normativo anterior.”

No sentido de reflectir uma entidade deve reconsiderar as suas políticas contabilísticas originais, nas primeiras demonstrações financeiras elaboradas segundo as NRF, para que aquelas políticas se conformem com as NRF. A continuidade do desempenho operacional de uma entidade e a sua posição financeira nas primeiras demonstrações financeiras elaboradas segundo as NRF, há ajustamentos retrospectivos que podem ser necessárias efectuar com alterações nas políticas contabilísticas, assim como há

informações comparativas que necessitam de ser novamente relatadas. Contudo, tais ajustamentos retrospectivos e o relatar de novo de determinadas informações comparativas poderão ser difíceis ou envolver custos que excedem os benefícios esperados com a adopção.

Segundo as NRF uma entidade deve reconsiderar os itens de abertura do seu primeiro balanço, de modo a poder detectar a existência de possíveis itens errados no seu balanço de abertura, resultantes de erros anteriores.

De uma forma geral, as Normas Internacionais de Relato Financeiro exigem que uma entidade se conforme com cada norma em vigor à data de relato das suas primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NRF's.

Nos termos do nº3 do mesmo artigo, uma entidade deve, no seu balanço de abertura de acordo com o SNCRF:

- a) Reconhecer todo os activos e passivos cujo reconhecimento seja exigido pelo SNCRF;
- b) Não reconhecer itens como activos ou passivos se o SNCRF não permitir esse reconhecimento;
- c) Reclassificar itens que reconheça segundo o normativo anterior como um tipo de activo, passivo ou componente de capital próprio, mas que são um tipo diferente de activo, passivo ou componente do capital próprio segundo o SNCRF;
- d) Aplicar o SNCRF na mensuração de todos os activos e passivos reconhecidos.

A aplicação das Normas de Relato Financeiro tornou-se no ano 2009, pela primeira vez, obrigatório. Nos anos anteriores, as entidades procediam á sua prestação de contas e á preparação das suas demonstrações financeiras de acordo com o PNC e ou até mesmo o POC - Plano Oficial de Contabilidade português. O tratamento das respectivas transacções e de outros quaisquer eventos efectuados ao abrigo de legislação anteriores

poderá ser distinto do que resulta dos requisitos e princípio definidos no SNCRF. Simultaneamente, podem ter existido erros contabilísticos nos períodos anteriores ao da adopção, pela primeira vez, as NRF do SNCRF, originados seja por negligências, omissão, pelo uso incorrecto de princípios contabilísticos, por erros de cálculo, ou por quaisquer outras razões. Torna-se por isso, necessário proceder a ajustamentos, de modo a eliminar as divergências ou erros que possam ter existido naqueles períodos, garantindo-se, deste modo, que as demonstrações financeiras cumprem com os requisitos as NRF do SNCRF.

### **3.O Sistema de tributação sobre os rendimentos das empresas em Cabo Verde.**

#### **3.1. Natureza e funções do imposto sobre rendimentos.**

Para as finalidades de IAS, o termo imposto sobre os rendimentos inclui todos os impostos no país e impostos estrangeiros que sejam baseados em lucros tributáveis. O termo imposto também inclui impostos tais como imposto de retenção na fonte (de dividendos), que sejam pagáveis por uma subordinada, associada ou empreendimentos conjuntos em distribuições a entidade que relata.

A questão principal na contabilização dos impostos sobre o rendimento é como contabilizar os impostos correntes e futuros derivados de:

- Recuperação (ou liquidação) futura da quantia escriturada de activos (passivos) que sejam reconhecidos no balanço de uma entidade;
- Transacções e outros acontecimentos do período corrente que sejam reconhecidos nas demonstrações financeiras de uma entidade.

Segundo Sampaio (2000: 58), “...o Imposto sobre o rendimento reside no entendimento do sentido que este deve ter nas demonstrações financeiras, pendendo da definição que lhe é dada, resultam métodos contabilísticos diferentes.”

Assim, para a autora (2000), há quem defende que o imposto sobre o rendimento deve ser considerado como uma repartição ou distribuição de resultados, dando-lhe assim um sentido idêntico ao dos dividendos. Por outro lado, há quem considere que este deve ser tratado com um custo normal de exploração, pelo que deve figurar anualmente na demonstração de resultados.

A concepção dos impostos sobre os lucros como distribuição de lucros, na opinião de Pais (2004), assenta, na teoria do proprietário. De acordo com esta teoria, a entidade é o agente ou representante através do qual os empresários ou sócios operam. A empresa é considerada como uma entidade que é propriedade de quem entra com capital e suporta o risco, entre os quais se encontra o Estado que participa na distribuição do lucro.

Por outro lado aponta, que a concepção do imposto sobre os lucros assenta na teoria da entidade. Segundo essa teoria, a entidade é vista como algo separado e distinto daqueles que lhe fornecem o capital. Para os detentores o que interessa é o excedente líquido das operações, deduzindo todos os custos do período, entre os quais os impostos sobre os lucros.

De acordo com este ponto de vista, o custo do imposto evidenciado nas demonstrações financeiras deve basear-se no resultado contabilístico reconhecido no período, independentemente da quantia tributada pela Administração Fiscal.

Ainda Sampaio (2000), defende que a teoria do proprietário fundamenta-se no conceito de empresa como ente, o qual é propriedade daqueles que suportam o risco do capital que nela investiram, incluindo o próprio Estado que, como tal, participa na distribuição dos resultados.

Para além dos defensores desta teoria, já citados em Pais (2000), existem outros argumentos como aponta Sampaio (2000), é de que, não resultando a sua liquidação em nenhuma contraprestação para a empresa, ele se torna, em termos conceptuais, semelhantes ao pagamento de dividendos.



Face a estes argumentos, esta é a orientação partilhada pelos países cuja contabilidade é predominantemente fiscalista, como o caso no nosso país, Cabo Verde, pelo que segundo Sampaio (2000), se caracteriza essencialmente por:

- 1) Escasso desenvolvimento da técnica contabilística.
- 2) Visão fundamentalmente legal e fiscal da contabilidade, sistemas de normalização orientados para o cumprimento de requisitos legais e fiscais.
- 3) Pouca importância para a utilização das demonstrações financeiras como instrumentos de gestão e análise da situação económica e financeira da empresa.
- 4) Escassa importância à utilização das Demonstrações financeiras por destinatários externos às empresas.

### **3.2. A problemática da definição dos rendimentos e gastos fiscalmente aceites**

Com a entrada em 2009, do Sistema de Normalização contabilística e de relato financeiro, as normas contabilísticas (PNC) sofreram alterações.

Exemplo disso é no caso dos activos fixos tangíveis (anteriormente designados como bens do activo imobilizado). Com a entrada do SNCRF, o valor dos activos reconhecido no balanço deverá, na sua grande maioria, aproximar-se do seu “justo valor” (valor de mercado).

Contudo, o art. 36.º do RIUR, embora defina, no seu n.º1, que a regra de cálculo das amortizações é o método de quotas constantes, admite excepções, e no n.º 2 desse articulado, estabelece que poderá utilizar outros métodos, quando a natureza do perecimento ou a tradição contabilística da empresa o justifique, e se a DGCI não se opuser ao critério utilizado pelo contribuinte. Coloca-se a questão de saber se as regras fiscais acompanharam as alterações introduzidas nas regras contabilísticas.

Nota-se que, as regras fiscais não acompanharam as alterações verificadas no momento de transição. De acordo com os administradores financeiros e contabilistas cabo-verdianos, a definição dos gastos e rendimentos aceites fiscalmente ainda é uma incógnita, porque houve casos em que utilizaram o sistema antigo (PNC), com a

autorização do Ministério das Finanças, pelo que só poderão questionar depois da análise por parte da administração fiscal, e que não sabem se vão analisar com base no PNC ou no novo SNCRF, ou ainda nos dois sistemas. Mas do ponto de vista fiscal, não há dúvidas de que as contas irão ser analisadas de acordo com o RIUR existente.

Pelo que, não houve alterações no regulamento do IUR e nem substituição do regime de reintegrações e amortizações, não foi possível aproximar a terminologia fiscal da terminologia contabilística. Exemplo desta situação é o facto de, para efeitos fiscais, as depreciações e amortizações aceites como gastos do exercício, serão as praticadas sobre o custo de aquisição dos activos, ou seja, nada consta sobre aplicação de imparidade e provisões – imparidade de activos, não existe nenhuma outra legislação que a clarifique e institucionalize.

### **3.3. Conversão do lucro contabilístico em lucro fiscal**

O **resultado contabilístico**, reflectido na conta “88 – Resultados líquido do exercício” do Plano Nacional de Contabilidade (PNC) que passa a ser considerado no SNCRF na conta 5933 – Resultados Líquidos - Apuramento, constitui o saldo final apresentado no do balanço e na demonstração dos resultados (por natureza e por funções), ou seja, deriva da aplicação do SNCRF e das Directivas Contabilísticas. É definido na NRF 22 – Imposto sobre o rendimento (Despacho Normativo n.º 23/2008) como resultado líquido de um período antes da dedução do gasto de impostos.

Segundo Guimarães (2000: 141p) “o termo **resultado fiscal** não é acolhido na legislação contabilística e fiscal, sendo utilizado as expressões **lucro tributável...**”

O SNCRF na NRF 22 (Despacho Normativo n.º 23/2008), sob o título “imposto sobre o rendimento”, conceptualiza:

*“Lucro tributável (perda fiscal) é o lucro (ou perda) de um período, determinado de acordo com as regras estabelecidas pelas autoridades fiscais, sobre o qual são pagos (ou recuperáveis) impostos sobre o rendimento.”*

Na legislação fiscal nacional este conceito reflecte-se no regulamento do IUR em Cabo Verde, nº 2 do artigo 26º, o lucro tributável reportar-se-á ao saldo pela conta de resultados líquidos elaborada em obediência aos são princípios de contabilidade, e consistirá na diferença entre todos os proveitos e ganhos realizados no exercício anterior aquele a que o ano fiscal respeita e os custos ou perdas imputáveis ao mesmo exercício, uns e outros eventualmente corrigidos nos termos deste regulamento.

Traduzindo este texto numa relação matemática, teremos:

$$LT = (RL - P.N.T) + C.I.$$

LT – Lucro Tributável

RL – Resultados Líquidos do exercício

P.N.T. – Proveitos não Tributáveis

C.I. - Custos Inaceitáveis para efeitos fiscais

O apuramento do resultado fiscal é feito através do Quadro 1 da Declaração Fiscal Modelo 1B que tem a disposição da tabela 1.

**Tabela 1 - Apuramento do lucro tributável segundo o Regulamento do IUR DL n.º.1/96**

RUBRICA	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (32 – 15 +33)</b>	<b>Linha 34 Quadro 5</b>
Proveitos	Linha 32 Quadro 5
Custos	Linha 15 Quadro 5
Provisão para Imposto sobre Lucro	Linha 33 Quadro 5
<b>PROVEITOS NÃO TRIBUTÁVEIS (soma 2.1. a 2.3.)</b>	<b>Linha 2 Quadro 1</b>
Utilizações de Provisões p/imposto s/lucros exercício anterior	Linha 2.1. Quadro 1
Reposição e provisão tributárias em exercícios anteriores	Linha 2.2. Quadro 1
Reembolso de impostos de exercícios anteriores	Linha 2.3. Quadro 1
<b>CUSTOS INACEITAVEIS PARA EFEITOS FISCAIS (soma 3.1. a 3.5.)</b>	<b>Linha 3 Quadro 1</b>
As reintegrações e amortizações não contabilizadas como custos ou perdas	Linha 3.1. Quadro 1
Reintegrações e amortizações que excedem o período máximo de vida	Linha 3.2. Quadro 1
Provisões para além dos limites legais	Linha 3.3. Quadro 1
Imposto único sobre o rendimento	Linha 3.4. Quadro 1
Importância de multas por infracções fiscais	Linha 3.5. Quadro 1
<b>LUCRO OU PREJUÍZO FISCAL</b>	<b>Linha 4. Quadro 1</b>

Fonte: Declaração Modelo 1-B (adaptado)

O resultado contabilístico é muito importante para a determinação do Resultado Fiscal. Na verdade, o resultado líquido do exercício é o ponto de partida para a determinação do resultado fiscal (lucro tributável). Esta constatação é evidenciada pelo Quadro 1 do Modelo 1B em que a primeira linha se refere a resultado do exercício.

Isto significa que, o resultado contabilístico (resultado líquido do exercício) é o ponto de partida para o apuramento do resultado fiscal (lucro tributário).

Numa primeira análise, poder-se-á dizer que qualquer alteração ao nível da contabilidade poderá surtir efeitos no resultado fiscal. Isto é, se o resultado fiscal parte do resultado contabilístico então, todas as alterações produzidas na informação financeira resultante da adopção do SNCRF poderão afectar activos e passivos fiscais.

### 3.4. O apuramento do lucro contabilístico e da matéria colectável no novo ambiente contabilístico de Cabo Verde

Como foi referido nos pontos anteriores, em Cabo Verde, em termos fiscais, não houve alterações em conformidade com o novo sistema contabilístico. A matéria colectável será calculada com base no sistema fiscal existente (nº1 do Artigo 13º, do Regulamento do IUR do Decreto-Lei 1/96, de 15 de Janeiro de 1996). Existem 3 métodos de determinação da matéria colectável: declarativo, de estimativa e de verificação. Ainda no nº 3 do mesmo artigo diz-se que o método de verificação é exclusivo da tributação das empresas.

Assim, referindo ao nº 1 do artigo 24º, do RIUR, o método de verificação aplica-se a todos as pessoas colectivas e as pessoas singulares definidas fiscalmente como empresas, sendo a matéria colectável determinada em termos deste regulamento, obtida pela dedução ao lucro tributável dos prejuízos fiscais<sup>1</sup> e dos benefícios fiscais eventualmente existentes.

$\text{Matéria colectável} = \text{Lucro Tributável} - \text{Prejuízo do art. 47º} - \text{Benefícios Fiscais dedutíveis ao lucro}$
---

Assim, concluímos que em Cabo Verde, foi derogado o PNC, permitindo que as empresas preparem as suas contas exclusivamente de acordo com os normativos internacionais.

O lucro contabilístico apurado de acordo com o PNC, foi substituído pelo novo SNCRF, procedendo-se depois aos ajustamentos previstos no D.L.1/96. Daqui resulta uma duplicação de esforços e custos.

---

<sup>1</sup> **Prejuízos fiscais – Deduções** - os prejuízos fiscalmente considerados, verificados em determinado exercício, segundo o nº 1 do artigo 47º do regulamento do IUR, serão deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os de um ou mais dos três exercícios seguintes.

Salienta-se que nos termos do nº 2, do artigo 47º. do Regulamento do IUR, se o contribuinte beneficiar de isenção ou de redução da taxa de imposto único não serão deduzidos dos lucros de outras actividades sujeitas ao regime geral do mesmo imposto.

Nos termos do nº 3, do mesmo artigo, os prejuízos fiscais verificados em actividades exercidas no estrangeiro só poderão ser deduzidos dos lucros na proporção estabelecida pela actividade ali exercida.

O nº. 4 deste artigo permite nos casos devidamente aceites pela DGCI, a dedução não aproveita ao contribuinte que substituir, por qualquer título, aquele que suportou o prejuízo.

Assim, o sistema fiscal terá que sofrer alterações profundas, pois os referidos ajustamentos para apuramento do lucro tributável (por comparação com o lucro contabilístico), terão que se reportar ao resultado apurado de acordo com as novas normas e não com o PNC.

Porém as normas nacionais e as internacionais são de tal modo significativos, que as alterações a introduzir no sistema fiscal cabo-verdiano, serão seguramente numerosas e relevantes. Assim se entende que o Ministério das Finanças vá numerar um grupo de trabalho para estudar o impacto fiscal das normas internacionais de contabilidade nas contas individuais e, conseqüentemente, identificar as alterações que sejam necessárias introduzir na legislação fiscal, de modo a que o lucro tributável seja apurado partindo das contas estatutárias individuais elaboradas de acordo com as normas internacionais, com os ajustamentos que venham ser elencados no sistema fiscal.

Não obstante esta situação afigura-se que tais ajustamentos serão significativos e que haverá uma elevada disparidade entre os normativos contabilísticos e fiscais aplicáveis às empresas.

A título de exemplo, as amortizações (SNCRF – depreciações acumuladas para activos fixos tangíveis e amortizações para activos intangíveis). Mas as dificuldades são numerosas e mais relevantes.

## **4. Estudo de caso**

### **4.1. Caracterização geral da empresa**

A Companhia de Transportes Marítimos “*Garimar, Lda.*” –, é uma sociedade por quotas, com sede em Mindelo, São Vicente, podendo estabelecer delegações, sucursais ou outras dependências em qualquer parte do território nacional.

O objecto social da “*Garimar*”<sup>2</sup> definido pelos seus estatutos, publicados pelo Decreto Regulamentar nº 17/1989 de 29 de Abril, consiste na ‘exploração de transportes marítimos e outros ramos de negócio nas ilhas de Cabo Verde ou no estrangeiro, com duração indeterminada.

O Capital social é de 30.000.000\$00 (o que equivale a 272.071,83 euros), detido por cinco sócios.

Com sede na ilha de São Vicente, a empresa conta actualmente com cerca de 82 colaboradores, incluindo efectivos e contratados a prazo, colocados nos navios da empresa, duas agências uma em São Nicolau outra na Praia.

A empresa tem vindo a investir em equipamentos de transportes terrestres como camiões e atrelados, para melhor funcionamento e satisfação dos seus clientes.

A necessidade de competitividade, bem como de permanência no mercado, são exemplos de motivos que vêm trazendo aos gestores, em geral, a preocupação constante com a mensuração de resultados.

### **4.2. Organização contabilística da empresa**

Os gestores da “*Garimar*” fundamentam-se em vários outros relatórios administrativos, gerados por programas informatizados distintos, apesar de possuírem um programa de

---

<sup>2</sup> Para manter a confidencialidade da empresa objecto de estudo, no presente trabalho iremos adoptar a designação *Garimar, Lda.* para nos referirmos a essa empresa.

contabilidade. Investem, portanto, numa contabilidade que atende prioritariamente à Legislação Cabo-verdiana.

Pela entrevista feito ao gerente, a empresa tem um contrato com uma empresa que presta serviço de contabilidade. A gestão da empresa é feita com base na contabilidade financeira e de custos. Utilizam os programas para contabilizar todos os gastos e renditos, e no apuramento de resultados utilizam o método de verificação.

A “*Garimar*” goza da isenção do imposto único sobre os rendimentos de pessoas colectivas, de acordo com o despacho da DGCI, datado em Abril de 2007.

É de referir que as demonstrações financeiras da entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Relato Financeiro (NRF) integrados no Sistema de Normalização Contabilístico e de relato Financeiro (SNCRF) adoptados em Cabo Verde.

As NRF correspondem, genericamente, às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as normas internacionais de relato financeiro (IFRS), transpostos para o ordenamento nacional pelo Decreto-lei nº 5/2008, de 4 de Fevereiro.



### 4.3. O processo de transição das contas para o SNCRF: plano de contas, conversão do balancete final, balanço de abertura a 01/01/2009

#### Plano das Contas

Com o objectivo de verificar a transição das contas para o SNCRF, nas classes de 1 á 7 em que no PNC passou-se a ter outras denominações, a “Garimar, Lda.” fez as seguintes alterações:

**Tabela 2 –PNC vs SNCRF**

PNC	SNCRF	Observação
<b>Classe 1: Meios Monetários</b> 11 - Caixa 12 - Depósitos a Ordem	<b>Classe 1: Meios Financeiros</b> 11 - Caixa 12 - Depósitos a Ordem	As contas 13, 14 e 15 não constam do plano da entidade
<b>Classe 2: Terceiros e antecipações</b> 21 - Clientes 22 - Fornecedores 23 – Empréstimos concedidos e obtidos 24 – Sector público e estatal 25 – Sócios (ou accionistas) 26 - Outros devedores e credores 29 – Provisões para cobrança duvidosa e outros riscos e encargos	<b>Classe 2: Contas a receber e a pagar</b> 21 - Clientes 22 - Fornecedores 23 - Financiamentos obtidos 24 - Estado e outros entes públicos 25 - Accionistas/sócios 26 - Outras contas a receber e a pagar 27 – Pessoal	Não houve alterações nas contas 21 e 22. Apenas houve uma divisão para diferenciar os nacionais e estrangeiros. Nota-se uma maior evidência na conta 27 que passa a ser uma conta do 1º grau abrangendo todas as operações relativas ao pessoal. A conta PNC 29 que inclui imparidades de contas a receber e provisões para riscos e encargos foi corrigida das imparidades que estão agora nas contas a receber.
<b>Classe 3: Existências</b> 31 - Mercadorias	<b>Classe 3: Inventário e Activos Biológicos</b> 31 - Mercadorias	Sendo a “Garimar, Lda.”, uma empresa que presta serviços, não utiliza na sua contabilidade todas as contas de classe 3 porque apenas presta serviços com indicado nos pontos anteriores na apresentação da empresa.
<b>Classe 4: Investimentos</b> 42 - Imobilizações corpóreas 43 – Imobilizado incorpóreo 44 - Imobilizações sem curso 47 – Custos plurienais 48 – Amortizações e reintegrações	<b>Classe 4: Investimentos</b> 43 - Activos fixos tangíveis 44 - Activos intangíveis	As expressões “corpóreo”, “incorpóreo”, “amortizações e reintegrações” passaram a designarem-se no SNCRF por “tangível”, “intangível”, “depreciações” (quando se refere a “Activos fixos tangível”) e mantém-se as expressões “Amortizações” (quando se refere a “Activos intangíveis”), respectivamente. No PNC da empresa, as “amortizações acumuladas “ surgiram numa conta própria de 1º grau (conta “48 Amortizações e reintegrações acumuladas”), enquanto no SNCRF as “Depreciações/amortizações acumuladas” e as “Perdas por imparidade acumuladas” surgem como subcontas de primeiro grau dos diversos tipos de investimentos (428, 429, 438, 439, 448, 449). Sendo que a soma entre “Depreciações/amortizações acumuladas” e “Perdas por imparidade acumuladas” é equivalente às amortizações acumuladas do PNC).
<b>Classe 5: Capital, reservas e resultados transitados</b> 52 – Capital Social 59 – Resultados transitados	<b>Classe 5: Capital</b> 51 – Capital 52 - Acções (quotas) próprias 55 - Ajustamentos em activos financeiros 56 - Excedentes de revalorização de Activos fixos tangíveis e intangíveis 57 - Outras variações no capital próprio 58 - Reservas	A denominação da classe 5 de Capital, Reservas e Resultados Transitados para Capital Próprio. As contas PNC 51 e 52 foram englobadas numa só, a conta SNCRF 51 Capital. Foi criada no SNCRF duas novas contas Ajustamento em activos financeiros e a 57 Outras variações no capital próprio” que não tem equivalente no PNC. No PNC a conta 59 Resultados respeita apenas os Resultados transitados, englobando agora no SNCRF além destes, os resultados do período anterior que estão a aguardar distribuição e ainda os resultados líquidos do período (que no PNC correspondia a conta a classe 8, mais concretamente conta 88 – resultados líquidos do exercício).

	59 – Resultados	
<b>Classe 6: Custos por natureza</b>  61 – Custos das existências vendidas e consumidos  63 - Fornecimentos e serviços de terceiros  64 – Impostos correntes  65 - Despesas com o pessoal  66 – Despesas financeiras  67 – Outras despesas e encargos  68 – Amortizações e reintegrações	<b>Classe 6: Gastos</b>  61 - Gastos com inventários vendidos e consumidos e variação de produção  62 - Fornecimentos e serviços externos  63 - Gastos com o pessoal  64 - Gastos de depreciação e amortização  65 - Perdas por imparidade  66 - Perdas por reduções de justo valor  67 - Provisões do período  68 - Outros Gastos  69 - Perdas de financiamento	<p>As alterações feitas foram: Os termos “Custos por natureza” e “Custos” passam ambos a designar por “Gastos”, tendo assim este termo “Gastos” duas abrangências uma para designar o conjunto “Custos e Perdas” e outra mais restrita para designar especificamente “Custos”. O termo PNC “Perdas” mantém o mesmo significado no PNC.</p> <p>A conta SNCRF 62 é, em termos globais, equivalente a conta PNC 63, podendo englobar ainda outros “Fornecimentos e Serviços Externos” que estavam no PNC noutras contas, como seja o caso dos “Artigos para oferta” que estavam na conta PNC 676.</p> <p>O conteúdo das contas SNCRF “65 Perdas por imparidade” estava diluído no PNC por diferentes contas do 1º grau e 2º grau, nomeadamente da 68 (Amortizações e...), 69 (Provisões do exercício), 825 (Amortizações e reintegrações extraordinárias).</p> <p>A conta SNCRF “65 Perdas por reduções de justo valor” não tem correspondência directa com as contas do PNC já que a base de mensuração do “justo valor”, e consequentemente as “Perdas por reduções de justo valor” surgem pela primeira vez como o SNCRF (efeitos equivalente no PNC Amortizações e Provisões).</p> <p>Na conta SNCRF “68 Outros gastos e perdas encontram-se dispersas no PNC por várias contas do 1º e 2º grau, nomeadamente: conta 64 (Impostos); conta 67 (Outras despesas e encargos); 821/8285 (Sinistros); 822/8284 (Alienação de imobilizados); 827/8287 (Multas e Penalizações); 8286/Diferenças de câmbio e em algumas das outras contas da 838 (Outras perdas impotáveis a exercícios anteriores).</p> <p>De notar que no SNCRF não existe o conceito de gastos e perdas “extraordinárias” pelo que a conta PNC “82 Resultados extraordinários do exercício” foi diluído por várias contas do SNCRF.</p>
<b>Classe 7: Proveitos por natureza</b>  71 – Vendas de mercadorias e produtos  72 - Prestações de Serviços  76 – Receitas financeiras correntes  79 – Utilidade de provisões	<b>Classe 7: Rendimentos</b>  71 - Vendas  72 - Prestações de Serviços  73 - Trabalhos para própria entidade  74 - Subsídio à exploração  75 - ...  76 - Reversões  77 - Ganhos por aumentos de justo valor  78 - Outros rendimentos  79 - Ganhos de financiamento	<p>O termo PNC “Proveitos” passa no SNCRF para “Rendimentos”. Já o termo PNC “Ganho” mantém o mesmo significado no SNCRF.</p> <p>A conta SNCRF 76 Reversões tinha duas correspondentes no PNC: a 824 Reposições e anulações de provisões (SNCRF 762 e 763) e a 83 Excesso de Amortizações e reintegrações (SNCRF 761). A conta 77 Ganhos por aumento do justo valor não tem correspondência directa com contas de PNC, já que a base de mensuração do justo valor e, consequentemente, os ganhos por aumento do justo valor surge com o SNCRF.</p> <p>A conta SNCRF 78 é uma conta residual no sentido de que reúne as contas não equivalentes nas restantes contas específicas da classe 7.</p> <p>A conta “79 Ganhos financeiros” contemplada pelo SNCRF não substitui completamente as contas “76 Receitas financeiras correntes e/ou “77 Receitas de aplicações financeiras” do PNC.</p> <p>A conta 76 aceitava movimentos respeitantes á actividade de financiamento (quando das operações resultantes uma receita) á actividade operacional mesmo á actividade de financiamento concedido/investimento (por exemplo com as diferenças de cambio desfavorável, desconto de pronto pagamento obtidos, ganhos em empresas do grupo e associadas, reversões de aplicações financeiras).</p> <p>Há que realçar a eliminação dos ganhos extraordinários previstos no PNC. A maioria das rubricas extraordinárias estão agora incluídas na conta 79 Outros rendimentos e ganhos.</p>

## BALANÇO DE ABERTURA A 01/01/2009

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas requer que a empresa apresente informações financeiras comparativas (NRF 1), pelo que a entidade elaborou um balanço de abertura com referências em 1 de Janeiro de 2009 de forma a tornar possível a apresentação das demonstrações corrigidas do ano de 2008, para fins comparativos.

Com excepção das reclassificações a que foram sujeitas algumas contas de activo, passivo, gasto e rendimento e das alterações verificadas no aspectos formais, a transição para o novo referencial contabilístico afectou mas não de forma materialmente relevante a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade conforme se pode retirar das reconciliações a seguir apresentadas:

**Tabela 3 – Ajustamentos de abertura**

Rubricas	Valor PNC	Ajustamentos de Abertura			Valor SNCRF
		Desreconhecimento	Anulação	Reconhecimento	
<b>Capital Próprio</b>	58.795.984,60	6.886.433,60	5.332.745,30	0,00	57.212.386,60
<b>Resultados do período</b>	2.953.093,10		00.0		2.953.093,10

- Reconciliações do capital próprio segundo os princípios contabilísticos geralmente aceites (PCGA) anteriores com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os PCGA anteriores.

**Ajustamentos de abertura**

**Capital próprio em 31/12/2008 de acordo com o PNC**

**Valor**

**58.795.984,60**

Ajustamentos:

-Desreconhecimento de activos intangíveis	6.886.343,30
+Anulação de amortizações por desreconhecimento de activos intangíveis capitalizados em anos anteriores	5.332.745,30
+ Reconhecimento de activos por impostos diferido	0,00
<b>Capital próprio em 31/12/2008 de acordo com SNCRF</b>	<b>57.212.386,60</b>

- Reconciliação do lucro relatado segundo os PCGA anteriores, relativos ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com lucro ou perdas segundo as NCRF relativo ao mesmo período.

**Resultados do período de acordo com o PNC**

**2.953.093,10**

Ajustamentos:

+ Anulação de amortização por desreconhecimento de activos intangíveis capitalizados em anos anteriores	0,00
<b>Resultado do período de acordo com o SNCRF</b>	<b>2.953.093,10</b>

- Estas demonstrações financeiras são as primeiras elaboradas e apresentadas segundo os princípios consagrados no SNCRF, após a sua entrada em vigor, em 1 de Janeiro de 2009.

#### 4.4. As primeiras contas preparadas segundo o SNCRF: aplicação dos novos conceitos de reconhecimento e de mensuração.

A entidade, elaborou as suas demonstrações financeiras de acordo com os pressupostos e princípios contabilísticos definidos pelo SNCRF e demais legislação cabo-verdiana. As mesmas foram preparadas atendendo a conversão dos custos históricos e em conformidade com os pressupostos contabilísticos da continuidade, regime do acréscimo, da contingência, da materialidade e agregação, da prudência e da substancia sobre a forma.

Todas as transições foram feitas em moeda nacionais pelo que no resultado do exercício não foram reflectidas nenhuma conversão cambial.

Relativamente aos itens de activos fixos tangíveis já reconhecidos que não cumpram com as NCRF, os mesmos foram desreconhecidos.

Do desreconhecimento de itens de activos fixos tangíveis em desconformidade resultam geralmente perdas.

Tais perdas foram debitadas na conta de resultados.

Por exemplo:

de de a	//		1.000.000 2.000.000  3.000.000
	Depreciações acumuladas (Custo histórico).		
	Resultados transitados		
	Activos fixos tangíveis		
	H: desreconhecimento de activos fixos tangíveis		
	//		

-Se um item de activos fixos tangíveis que satisfaz as condições de reconhecimento como um activo segundo as NCRF for registado como uma despesa em períodos anteriores, e continua em uso quando a entidade adopta, pela primeira vez, as NCRF, a entidade deve voltar a reconhecê-lo como um item de activo fixo tangível. Novamente reconhecidos podem ser mensurados, e o custo pode ser determinado com fiabilidade

quando um activo foi adquirido, a quantia escriturada de abertura deve ser o custo de aquisição menos as depreciações ou amortizações acumulada.

Em 2007 a “*Garimar*” comprou um equipamento por 500 cts, tendo a quantia despendida sido registada como custo do exercício. A entidade adoptou as NRF em 01/01/09, e o equipamento continua a ser utilizado na actividade da entidade. Espera-se utilizar o equipamento por mais três anos, período final o qual o valor residual será zero. A entidade adopta o método de depreciação de quotas constantes para depreciação de activos.

Em 01/01/09 a entidade efectuou os seguintes ajustamentos:

		//		
de	Activos fixos – Equipamentos		500.000	
a	Depreciações acumuladas - Equipamentos			200.000
a	Resultados transitados			300.000
	H: Ajustamento dos Activos fixos			
	//			

#### 4.5. Contas provisórias a 31.12.2009 com diversas situações polémicas e suas implicações fiscais.

As regras fiscais neste momento de transição, como já vimos anteriormente, não acompanharam as alterações verificadas pelo que, segundo o técnico de contas da entidade, ainda durante o presente exercício de 2009 as contas apresentadas foram em alguns casos com base no PNC, com autorização do ministério das Finanças, e mesmo os que apresentaram as novas normas tiveram de recorrer ao PNC para a resolução de alguns casos nomeadamente com as depreciações e amortizações em que tiveram como base no Decreto-lei nº3/84 de 28 de Janeiro de 1984, que foi revogado pelo novo sistema.

Exemplo disso os **Activos fixos tangíveis em 31/12/2009**, que foram registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da factura do fornecedor, acrescido dos gastos adicionais de compra, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas. As depreciações foram calculadas, pelo método das quotas constantes, ao longo da vida útil

estimada, com base nas taxas da tabela a que se refere o nº. 1 da Portaria 3/84, de 28 de Janeiro e foram registados como gastos do exercício.

Com a implementação do SNCRF a determinação do resultado contabilístico para o último ano do PNC podem sofrer alterações nomeadamente com anulação de amortizações por desreconhecimento dos activos intangíveis capitalizados em anos anteriores e efectuar o seu devido ajustamento conforme é permitido pelo novo sistema, e quanto aos resultados fiscais, segundo o técnico de contas, tendem a esperar pelas decisões dos mesmos e analisar. Sendo que ainda não tem uma decisão formalizada devido a falta de acompanhamento na implementação do novo sistema.

O quadro a seguir apresentado mostra como foi calculado o resultado líquido do exercício

#### **Quadro 1 – Apuramento do lucro tributário da “Garimar”**

RUBRICA	Valor
1-RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (32 – 15 +33)	-41.499.022,00
32 Proveitos	255.517.744,00
15 Custos	297.016.766,00
33 Provisão para Imposto sobre Lucro	0,00
2- PROVEITOS NÃO TRIBUTÁVEIS (soma 2.1. a 2.3.)	0,00
2.1 Utilizações de Provisões p/imposto s/lucros exercício anterior	0,00
2.2 Reposição e provisões tributárias em exercícios anteriores	0,00
2.3 Reembolso de impostos de exercícios anteriores	0,00
3-CUSTOS INACEITÁVEIS PARA EFEITOS FISCAIS (soma 3.1. a 3.5.)	0,00
3.1 As reintegrações e amortizações não contabilizadas como custos ou perdas	0,00
3.2 Reintegrações e amortizações que excedem o período máximo de vida	0,00
3.3 Provisões para além dos limites legais	0,00
3.4 Imposto único sobre o rendimento	0,00
3.5 Importância de multas por infracções fiscais	0,00
4- LUCRO OU PREJUÍZO FISCAL	-41.499.022,00

## **Conclusão**

Uma das sensações que assumimos claramente é que, uma vez concluído o trabalho, muito mais teríamos que investigar.

Actualmente, a harmonização contabilística com a globalização e internacionalização das economias é considerada com uma necessidade de eliminar obstáculos à comparabilidade da informação financeira.

É de destacar, o papel desempenhado pelos organismos da harmonização contabilística, que foram responsáveis pelo desenvolvimento de um conjunto de regras e princípios a seguir em diferentes países ou mercados.

Ao longo do trabalho, ficaram bem patentes que a normalização contabilística é uma necessidade urgente. Com a implementação do SNCRF, as empresas passarão a ter a possibilidade de divulgar os seus resultados em vários mercados financeiros, fruto da aplicação de um referencial contabilístico coerente na preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Neste sentido a evolução do sistema contabilístico conduziu ao aumento de exigências quanto a informação contabilística, á criação da comissão nacional de normalização contabilística e ao aparecimento de novas normas.

Verificou-se que, houve dificuldades de adaptação das normas nas organizações ao longo do processo de SNCRF.

É de realçar as incertezas da tributação fiscal esperadas sobre rendimentos das empresas com contas preparadas SNCRF, porque as regras fiscais, neste momento não acompanharam as alterações verificadas no novo sistema. O que levou a que algumas empresas se preparassem as suas contas com base no PNC. Mas está em fase de estudo a adopção do regime fiscal, prova disso é a recente aprovação do decreto-lei 14/2010, relativo ao regime transitório.

No estudo do caso, concluiu-se que, com a transição do Plano Nacional de Contabilidade (PNC) para o Sistema Nacional de Contabilidade e de Relato Financeiro, não afectou a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa com excepção das

reclassificações a que forem sujeitas algumas contas do activo, passivos, rendimentos e gastos.

É de realçar que com os gastos e rendimentos aceites fiscalmente, ainda para a empresa “Garimar”, é uma incógnita porque houve casos em que na sua contabilização utilizaram o sistema contabilístico antigo.

O capital próprio de abertura do primeiro ano fiscal, preparado à data de transição para SNCRF é diferente do capital próprio de encerramento do último ano de aplicação do normativo contabilístico anterior. Deve-se isso aos ajustamentos de conversão dos activos intangíveis capitalizados em anos anteriores.

Com o presente trabalho esperamos ter atingido os objectivos específicos apresentados na Introdução. Designadamente de termos de conhecer a realidade subjacente à harmonização contabilística internacional, descrever o processo e os resultados da reforma do sistema contabilístico e evidenciar as incertezas de tributação fiscal.

Desta forma, pensamos ter também alcançado de uma forma significativa o objectivo geral de evidenciar os efeitos de introdução do SNCRF num ambiente fiscal desactualizado, ainda que entendemos haver muito mais que estudar, pesquisar e analisar em torno da dicotomia entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, da actividade económica de uma empresa.



## Referências Bibliográficas

### Livros

- ALMEIDA, R. M. P. (2009). *O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro – SNCRF – de Cabo Verde*. Ed. Praia. ATF – Edições Técnicas.
- BORGES, António FERRÃO, Martins (2000). *A Contabilidade e a Prestação de Contas*. 8ª. Ed. Lisboa. Editora Rei dos Livros.
- COSTA, Carlos Baptista da; ALVES, Gabriel Correia (2008). *Contabilidade Financeira*. 6.ª edição. Lisboa: Ed. Rei do Livros.
- CUNHA, Carlos Alberto da Silva; RODRIGUES, Lúcia Maria Portela de Lima ( 2004). *A Problemática do Reconhecimento e Contabilização dos Impostos Diferidos - Sua Pertinência e Aceitação*. Ed. Áreas Editora. Lisboa.
- FERREIRA, Henrique Quintino (2001). *A Determinação da Matéria Colectável do IRC e Calculo do Imposto a pagar ou a recuperar*. 14ª edição. Ed. Rei do Livros.
- GUIMARÃES, Joaquim Da Cunha (2000). *O Sistema Contabilístico e Fiscal Português – Uma abordagem aos relatórios e contas das empresas*. Vislis Editores
- PAIS, Cláudio (2000). *Impostos sobre os Lucros, a Contabilização dos Impostos Diferidos*. Ed. Áreas Editora. Lisboa.
- SAMPAIO, Maria de Fátima Rodrigues Cravo de (2000). *Contabilização sobre o Rendimento das Sociedades, Análise dos Métodos do Imposto a Pagar e da Contabilização dos Efeitos Fiscais*. Lisboa: Editores VISLIS.

### Outras Referencias (revistas especializadas, Web Sites):

[www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_atualizacoes](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_atualizacoes)

[www.iasb.org/NR/rdonlyres/EEBD6751-83ED-4B25-A064-9FB724187508/](http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/EEBD6751-83ED-4B25-A064-9FB724187508/)

[www.infocontab.com.pt](http://www.infocontab.com.pt)

[www.vidaeconomica.pt](http://www.vidaeconomica.pt)

### **Legislação**

CABO VERDE. Ministério das Finanças -Decreto-Lei de 5 Fevereiro 08 do BO 48 de 29/12. Ministério das Finanças. 2008, 208 p.

CABO VERDE. Decreto-Lei 1/96 de 15 Janeiro 1996 da série nº.1 BO 15/1. 1996.

CABO VERDE.Decreto-lei 14/2010 de 26 de Abril do BO 16 de 26 de Abril.  
Estabelece o regime transitório do PNC

# Anexos

Preâmbulos	Apresenta o SNCRF e define os objectivos
Artigo 1.º - <b>Objecto</b>	Aprova o SNCRF
Artigo 2.º - <b>Âmbito</b>	<p>Entidades (excepto quanto ao dispositivo nos artigos 3.º e 4.º):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Sociedades nacionais e estrangeiras abrangidas pelo Código das Empresas Comerciais;</li> <li>b) Empresas individuais reguladas pelo Código das Empresas Comerciais;</li> <li>c) Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada;</li> <li>d) Empresas públicas;</li> <li>e) Cooperativas;</li> <li>f) Agrupamentos complementares de empresas;</li> <li>g) Outras entidades que, por legislação específica, se encontram sujeitas ao Plano Nacional de Contabilidade ou venham a estar sujeitas ao SNCRF.</li> </ul>
Artigo 3.º - <b>Aplicação de Normas Internacionais de Contabilidade</b>	<p>É opção para as entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado. A opção tem carácter integral, devendo ser mantida por um período mínimo de três exercícios, excepto para as entidades que passem a estar incluídas no âmbito da consolidação de entidades que não as adoptem.</p> <p>Acresce que, para além das informações e divulgações inerentes a esta norma, as entidades abrangidas são obrigadas a demonstrar e a divulgar outras informações previstas na legislação nacional.</p>
Artigo 4.º - <b>Competências das entidades de supervisão do sector financeiro</b>	Atribui ao banco de Cabo Verde competências nesta matéria (entidades do sistema bancário e segurador)
Artigo 5.º - <b>Pequenas entidades</b>	As pequenas entidades aplicam as Normas de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NRF-PE) que condensa os principais aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação extraídos das correspondentes NRF, tidos como requisitos mínimos.
Artigo 6.º - <b>Dispensa de aplicação</b>	Ficam dispensados do previsto no artigo 2.º e artigo 5.º desde que assim o desejem, as entidades que, exercendo a título individual qualquer actividade comercial, industrial ou agrícola, não estejam obrigadas a possuir contabilidade organizada.
Artigo 7.º - <b>Demonstrações Financeiras</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Balanço;</li> <li>b) Demonstração dos resultados por natureza (a demonstração dos resultados por funções é opcional)</li> <li>c) Demonstrações das alterações no capital próprio;</li> <li>e) Anexo;</li> </ul> <p>As pequenas entidades são dispensadas de apresentar e a demonstração das alterações no capital e a demonstração dos fluxos de caixa.</p>
Artigo 8.º - <b>Comissão de Normalização Contabilística</b>	Define as atribuições da Comissão de Normalização.
Artigo 9.º - <b>Referências ao Plano Nacional de Contabilidade</b>	As referências ao anterior normativo devem passar a ser entendidas como sendo feitas ao SNCRF.
Artigo 10.º - <b>Aplicação pela primeira vez</b>	Define que a 1.ª aplicação do presente normativo deve seguir o dispositivo do anexo II.
Artigo 11.º - <b>Revogação</b>	Revoga o anterior normativo

Artigo 12.º - <b>Disposição Transitória</b>	As entidades, que desejem, podem utilizar o SNCRF no primeiro exercício que se inicie em/ou após 1 de Janeiro de 2008, depois de autorização do membro do Governo responsável pela área das Finanças.
Artigo 13.º - <b>Entrada em vigor</b>	Define a data da entrada em vigor 01/01/2009.
<b>ANEXO I - Sistema de Normalização Contabilístico e de Relato Financeiro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Apresenta o SNCRF;</li> <li>* Define os instrumentos contabilísticos e jurídicos;</li> <li>* Define que as normas emitidas pelo IASB são supletivas sempre que justificável para as entidades que aplicam as NRF. As entidades que aplicam a NRF-PE supletivamente deverão, em primeiro lugar, aplica as NRF e só depois as normas emitidas pelo IASB;</li> <li>* Justifica e apresenta a estrutura conceptual que se baseia na estrutura conceptual do IASB;</li> <li>* Apresenta as NRF, que consistem uma adaptação das normas emitidas pelo IASB tendo em conta o tecido empresarial, a estrutura e dimensão das entidades em Cabo Verde;</li> <li>* Inseridos nas NRF encontram-se os modelos de demonstrações financeiras a serem utilizados no relato financeiro;</li> <li>* A NRF-PE é composto por uma norma de relato financeiro especialmente preparada para as pequenas entidades, condensa os principais aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação extraídos das NRF, tidos como os requisitos mínimos aplicáveis às referidas entidades;</li> <li>* Sempre que necessário, são produzidos normas interpretativas (NI), sendo de aplicação obrigatória a partir da data de eficácia indicada em cada uma delas;</li> <li>* Código de contas (CC) é composto por um código de contas propriamente dito e um conjunto de explicações sobre o conteúdo das contas, bem como um quadro síntese;</li> <li>* O CC deverá ser adoptado por todas as entidades que nos termos do presente diploma passam a aplicar as NRF e/ou a NRF-PE;</li> <li>* Apresenta algumas definições e considerações relacionadas com aspectos a ter em consideração na transição;</li> <li>* Define os instrumentos jurídicos que enquadram os instrumentos contabilísticos previstos no SNCRF.</li> </ul>
<b>ANEXO II - Adopção pela primeira vez do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro</b>	Define os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação na 1.ª aplicação.

Fonte: DL nº 5/2008, de 4 de Fevereiro, publicado no Boletim Oficial , I Série, da República de Cabo Verde

## ANEXOS II - Síntese das contas

1 - Meios Financeiros. 11 – Caixa 12 - Depósitos a Ordem 13 - Depósitos a prazo 14 - Outros depósitos bancários 15 - Instrumentos financeiros	2 - Contas a receber e a pagar 21- Clientes 22 - Fornecedores 23 - Financiamentos obtidos 24 - Estado e outros entes públicos 25 - Accionistas/sócios 26 - Outras contas a receber e a pagar 27 - Pessoal 28 - Diferimentos 29 - Provisões
3 – Inventários 31 - Activos biológicos 32 – Mercadorias 33 - Produtos acabados ou intermédios 34 - Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos 35 - Produtos e trabalho em curso 36 - Matérias-primas, subsidiárias e de consumo 37 - Outros produtos de consumo	4 - Investimentos 41 - Investimentos financeiros 42 - Propriedades de investimentos 43 - Activos fixos tangíveis 44 - Activos intangíveis 45 - Investimentos em curso 46 - Activos não correntes detidos para venda
5 - Capital próprio 51 – Capital 52 - Acções (quotas) próprias 53 - Prestações suplementares e outros investimentos de capital próprio 54 - Prémios de emissão 55 - Ajustamentos em activos financeiros 56 - Excedentes de revalorização de Activos fixos tangíveis e intangíveis 57 - Outras variações no capital próprio 58 – Reservas 59 – Resultados	6 - Gastos 61 - Gastos com inventários vendidos e consumidos e variação de produção 62 - Fornecimentos e serviços externos 63 - Gastos com o pessoal 64 - Gastos de depreciação e amortização 65 - Perdas por imparidade 66 - perdas por reduções de justo valor 67 - Provisões do período 68 - Outros Gastos 69 - Perdas de financiamento
7 – Rendimentos 71 – Vendas 72 - Prestações de Serviços 73 - Trabalhos para própria entidade 74 - Subsidio à exploração 75 - ... 76 – Reversões 77 - Ganhos por aumentos de justo valor 78 - Outros rendimentos 79 - Ganhos de financiamento	

Fonte: DL nº 5/2008, de 4 de Fevereiro, publicado no Boletim Oficial , I Série, da República de Cabo Verde

### Anexo III - SNCRF vs SNC

SNCRF	SNC
NCR 1 - Apresentação de demonstrações financeiras.	NCRF 1 - Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras.
NCR 2 - Demonstrações dos Fluxos de Caixas.	NCRF 2 - Demonstrações dos Fluxos de Caixas.
NCR 3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros..	NCRF 4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros..
NCR 4 - Divulgação de partes relacionadas.	NCRF 5 - Divulgação de partes relacionadas.
NCR 5 - Acontecimento após a data do balanço.	NCRF 24 - Acontecimento após a data do balanço.
NCR 6 - Activos intangíveis.	NCRF 6 - Activos intangíveis.
NCR 7 - Activos Fixos Tangíveis.	NCRF 7 - Activos Fixos Tangíveis.
NCR 8 - Activos não corrente detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.	NCRF 8 - Activos não corrente detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.
NCR 9 - Locações.	NCRF 9 - Locações.
NCR 10 - Propriedade de Investimento.	NCRF 11 - Propriedade de Investimento.
NCR 11 - Custo de Empréstimos obtidos.	NCRF 10 - Custo de Empréstimos obtidos.
NCR 12 - Agricultura.	NCRF 17 - Agricultura.
NCR 13 - Inventários.	NCRF 18 - Inventários.
NCR 14 - Contractos de Construção.	NCRF 19 - Contractos de Construção.
NCR 15 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios de governo.	NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios de governo.
NCR 16 - Instrumento Financeiros.	NCRF 27 - Instrumento Financeiros.
NCR 17 - Imparidade de activos.	NCRF 12 - Imparidade de activos.
NCR 18 - Rédito.	NCRF 20 - Rédito.
NCR 19 - Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.	NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.
NCR 20 - Os efeitos de alteração em taxas de câmbio.	NCRF 23 - Os efeitos de alteração em taxas de câmbio.
NCR 21 - Benefícios do emprego	NCRF 28 - Benefícios do emprego
NCR 22 - Imposto sobre o rendimento	NCRF 25 - Imposto sobre o rendimento
NCR 23 - Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas	NCRF 13 - Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas
NCR 24 - Concentrações de actividades empresariais	NCRF 14 - Concentrações de actividades empresariais.
NCR 25 - Investimentos em subsidiárias e consolidação	NCRF 15 - Investimentos em subsidiárias e consolidação

Fonte: Almeida (2009) adaptado

## Anexo IV - Balanço

### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade	_____
Outros Elementos de identificação	_____

**BALANÇO (Individual ou Consolidado) em 31 de DEZEMBRO de 2009**

UNIDADE MONETÁRIA:  
ESCUDOS

RUBRICAS	Data de referência		
	Notas	2009-12-31	31/12/2008
		Valores	Valores
<b>ACTIVO</b>			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais			
Edifícios e outras construções			
Equipamento básico			
Equipamento de transporte			
Equipamento administrativo			
Equipamentos biológicos			
Outros activos fixos tangíveis			
Propriedades de investimento			
Terrenos e recursos naturais			
Edifícios e outras construções			
Outras propriedades de investimento			
Activos intangíveis			
Trespasse (goodwill)			
Projectos de desenvolvimento			
Programas de computador			
Propriedade industrial			
Outros activos intangíveis			
Investimentos em curso			
Investimentos financeiros em curso			
Activos fixos tangíveis em curso			
Activos fixos intangíveis em curso			
Adiantamentos por conta de investimentos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas/sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
Activos não correntes detidos para venda			
<b>Total do activo não corrente</b>		<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
Activo corrente			
Inventários			
Activos biológicos			



Mercadorias			
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			
Outros produtos de consumo			
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos			
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber			
Diferimentos			
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários			
Total do activo corrente		0.00	0.00
<b>Total do activo</b>		<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado			
Capital social			
Capital subscrito e ainda não realizado			
Acções (quotas) próprias			
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos em activos financeiros			
Outras variações no capital próprio			
Resultados transitados			
Resultado líquido do período			
Total do capital próprio (antes de interesses minoritários)			
Interesses minoritários		0	0
<b>Total do capital próprio</b>		<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Total do passivo não corrente		0.00	0.00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos			
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos			

Outras contas a pagar			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Diferimentos			
Total do passivo corrente		0.00	0.00
Total do passivo		0.00	0.00
Total do capital próprio e do passivo		0.00	0.00

Fonte: DL nº 5/2008, de 4 de Fevereiro, publicado no Boletim Oficial , I Série,  
da República de Cabo Verde

ANEXO V - Demonstrações de Resultados

**IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

Designação da entidade  
Outros Elementos

**DEMONSTRAÇÃO (individual/consolidada) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2009 e 31 de DEZEMBRO de 2009**

**UNIDADE MONETÁRIA: ESCUDOS**

RUBRICAS	PERÍODO		
	31/12/2009		31/12/2008
	Notas	Valores	Valores
Vendas e Prestações de serviços			
Subsídios à exploração			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários de produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas			
Resultado operacional bruto		0.00	0.00
Fornecimentos e serviços externos		0.00	0.00
Valor acrescentado bruto		0.00	0.00
Gastos com o pessoal			
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de activos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos			
Outros gastos e perdas			
<b>Resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento e impostos</b>		0.00	0.00
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização			
Perdas/reversões por Imparidade de activos depreciables/amortizáveis			
<b>Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)</b>		0.00	0.00
Juros e ganhos similares Obtidos			
Juros e perdas similares suportados			
<b>Resultado antes de impostos</b>		0.00	0.00
Imposto sobre o rendimento do período		0.00	0.00
<b>Resultado líquido do período</b>		0.00	0.00
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0.00	0.00
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
<b>Resultado por acção básico</b>			

Fonte: DL nº 5/2008, de 4 de Fevereiro, publicado no Boletim Oficial , I Série, da República de Cabo Verde

ANEXO VI - Demonstrações de Alterações do Capital próprio

**IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

Designação da entidade

Outros Elementos de identificação - NIF

**DEMONSTRAÇÃO (individual/consolidada) DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2009 e 31 de DEZEMBRO de 2009

PERÍODO : 2009

UNIDADE MONETÁRIA: Milhares de Escudos

DESCRIÇÃO	Nota s	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)												Interesses Minoritários	Total do Capit al Própri o
		Capital Realizado	Acções (quotas próprias)	Prestações Suplementares e outros instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outr as reser vas	Excede ntes de Revalor ização	Ajusta mento s Em Activos Financ eiros	Outras Variaçõ es no Capital Próprio	Resulta dos transita dos	Result ado Liquid o do Period o	Total		
<b>POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2009</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONH. NO PERÍODO</b>															
<b>Resultado líquido do período</b>												0	0		0
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													0		0
Alterações nas políticas contabilísticas e as correcções de erros													0		0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0		0
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													0		0
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													0		0
Ajustamentos por impostos diferidos													0		0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio										0			0		0
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>															
Realizações de capital													0		0
Realizações de prémios de emissão													0		0
Distribuições													0		0
Entradas para cobertura de perdas													0		0
Outras operações com detentores de capital													0		0
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
...													0		0
<b>POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2009</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>1+2+3+4</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: DL nº 5/2008, de 4 de Fevereiro, publicado no Boletim Oficial , I Série, da República de Cabo Verde

## **Formulário de Entrevista**

**Objectivos da Entrevista:** Conhecer os efeitos da introdução do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro na elaboração das contas nas empresas cabo-verdianas.

### **Protocolo da Entrevista:**

- \_ Apresentação institucional.
- \_ Apresentação do objectivo de estudo.
- \_ Solicitar autorização para gravar a entrevista.
- \_ Garantir o anonimato da empresa e do entrevistado.
- \_ Descrição do nosso processo de actuação.

O SNCRF introduziu alterações profundas nas informações contabilísticas ou financeiras, passando de uma base prática, o PNC, para uma base extremamente teórica modificando totalmente o modo de preparação/apresentação das demonstrações financeiras, num ambiente de tributação fiscal desactualizado.

- 1) Quais os primeiros efeitos do SNCRF nas empresas Cabo-verdianas?
- 2) Na sua opinião será que as empresas se preparem as suas contas exclusivamente de acordo com o processo internacional?
- 3) Quais os objectivos, benefícios e principais dificuldades associadas á adopção do SNCRF?
- 4) Para além do relato financeiro que outros impactos podem ser esperados? E no que respeita ao sistema fiscal?
- 5) As regras fiscais acompanham as alterações introduzidas nas regras contabilísticas?
- 6) O que pode se esperar sobre o SNCRF após o ano 2009?
- 7) Qual é a problemática da definição do Gastos e Rendimentos aceites fiscalmente?
- 8) Com a implementação do SNCRF, que implicações terão na determinação dos resultados contabilísticos e fiscais, quer no último ano do PNC quer no primeiro ano da sua adaptação?